



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
PROCESSO Nº 044/2025/IPMVP

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Vale do Paraíso - IPMVP, por meio da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso – RO, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço**, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**, com a finalidade de contratar empresa especializada para a prestação de **serviços técnicos específicos para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)**, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. contratação de empresa qualificada para prestar serviços técnicos específicos para RPPS no âmbito da administração pública municipal de **assessoria previdenciária; de assessoria na concessão de benefícios e compensação previdenciária; de estudos, planejamento e realizações de eventos relacionados à RPPS (palestra)**, estes com suporte técnico virtual e a realização de **01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário; de cessão de direitos de uso de software de sistema de gerenciamento para Regime Próprio de Previdência Social 100% (cem por cento) WEB**, com emissão de guia com código de barras, incluindo a sua instalação, importação/migração de todos os dados existentes, bem como serviços de manutenção, suporte, atualização e capacitação da equipe do Instituto, estes com suporte técnico virtual e a realização de **01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário e; de consultoria atuarial mensal com elaboração de relatório da avaliação atuarial anual, elaboração de relatório de gestão atuarial, elaboração de estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais**, com suporte técnico virtual e a realização de **01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário**.

2. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

2.1. A licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço**, conforme a Lei nº 14.133/2021, a **abertura da sessão pública** ocorrerá por meio eletrônico.

2.2. Na sessão pública os licitantes poderão **oferecer lances sucessivos**, com a **redução do valor proposto**, até que se alcance o **menor preço**. O sistema de **pregão eletrônico** possibilita que todos os participantes visualizem o andamento dos lances.

2.3. Habilitação ocorrerá após o encerramento da fase de lances, a Administração verificará a documentação de habilitação das empresas classificadas, conforme as exigências do Edital.

2.4. Julgamento das propostas será feito com base no **menor preço** conforme estabelecido no Edital. Caso haja empate entre as propostas, será dada preferência à empresa que atenda a critérios de **inclusão social, sustentabilidade**, entre outros, conforme descrito no **art. 61 da Lei nº 14.133/2021**.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico todas as empresas que atendam aos requisitos exigidos neste Edital e seus anexos, e que se encontrem devidamente cadastradas e habilitadas no **Sistema de Pregão Eletrônico**.

a) Estar devidamente registrada no Cadastro de Fornecedores da Administração Pública Municipal (ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ), com o objeto social compatível com o objeto desta licitação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

b) Ter regularidade fiscal, com a apresentação de certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa, conforme exigido no **art. 56 da Lei nº 14.133/2021**, que incluem:

Certidão negativa de débitos tributários federais, estaduais e municipais.

Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

c) Qualificação técnica, a empresa deverá comprovar sua capacidade técnica para a execução do objeto, conforme exigido no Termo de Referência, e através da **apresentação de atestados de capacidade técnica** de serviços similares prestados.

3.2. Propostas, as empresas interessadas deverão encaminhar suas propostas exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma de licitação utilizada pela Administração Pública. O envio da proposta implica na aceitação de todas as condições deste Edital e seus anexos.

3.3. A documentação exigida para habilitação deverá ser apresentada na **fase de habilitação**, a ser realizada exclusivamente no **meio eletrônico**, conforme as instruções da plataforma de licitações.

3.4. O representante da empresa participante do Pregão Eletrônico deverá ser legalmente autorizado, conforme as disposições do **art. 12 da Lei nº 14.133/2021**. O credenciamento do representante será feito na plataforma de licitações.

3.5. É permitida a participação no Pregão Eletrônico de **consórcios de empresas**, que deverão ser constituídos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, desde que a proposta apresentada contemple a execução integral do objeto, conforme descrito no Termo de Referência.

3.6. As empresas interessadas deverão se manifestar através de proposta eletrônica, dentro do prazo estabelecido, disponibilizado <https://licitanet.com.br/> (LICITANET); e/ou <https://www.valedoparaíso.ro.gov.br>.

4. DA ABERTURA

4.1. A abertura da sessão pública será realizada no dia **15 (quinze) de maio às 09h00**, por meio da <https://licitanet.com.br>, onde as propostas e os lances serão analisados.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para participação no Pregão Eletrônico, as empresas deverão estar cadastradas no <https://licitanet.com.br>, por meio de **credenciamento** prévio.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. A documentação de habilitação deverá ser enviada de forma eletrônica no **momento do credenciamento**, conforme as exigências do item 6.2, e poderá ser apresentada por meio de **certificados digitais**, conforme regulamentação.

6.2. A documentação necessária para a habilitação é a seguinte:

a) **Prova de Regularidade Fiscal e Trabalhista**: Certidões negativas de débitos, conforme especificado na Lei nº 14.133/2021.

b) **Qualificação Técnica**: Comprovação de capacitação e experiência da empresa nas áreas de **assessoria previdenciária, consultoria atuarial, e fornecimento de software de gerenciamento** para RPPS.

c) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** da empresa, com a última alteração, se houver.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

e) **Declaração de inexistência de fato superveniente que inviabilize a habilitação da empresa**, conforme modelo anexo.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. As propostas deverão ser enviadas eletronicamente, conforme o modelo do **Formulário de Proposta** disponibilizado no sistema, e deverão conter, no mínimo:

- a) Preço total para a execução integral dos serviços descritos no objeto, de acordo com as especificações do Termo de Referência.
- b) Forma de pagamento.
- c) Prazo de execução e condições de cumprimento dos serviços.
- d) Justificativa de eventuais custos adicionais, caso necessário.

7.2. O menor preço será o critério de julgamento da proposta.

8. DO JULGAMENTO

8.1 O **critério de julgamento** das propostas será definido no **Edital**, e pode ser baseado em um ou mais dos seguintes critérios:

8.2. Menor Preço critério mais comum utilizado no **Pregão Eletrônico** é o **menor preço**.

a) Nesse caso, vence a proposta que apresentar o **menor valor** para o objeto da licitação, desde que atenda a todas as exigências do Edital e seja compatível com as condições de mercado. Este critério visa garantir que a Administração Pública obtenha o melhor custo-benefício.

8.3. Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico quando o objeto da licitação envolve, além de preço, aspectos técnicos ou artísticos, o critério **melhor técnica** pode ser adotado, esse critério permite que a Administração selecione a proposta mais vantajosa considerando aspectos técnicos, como experiência, qualificação, e capacidade técnica do fornecedor.

a) O **julgamento pela melhor técnica** pode ser combinado com o critério de **menor preço**, adotando-se um procedimento chamado **técnica e preço**.

8.4. Melhor Técnica ou Melhor Conteúdo Artístico, Menor Preço em alguns casos, a Administração pode utilizar uma combinação dos dois critérios, julgando a **qualidade técnica** e o **preço**, nesse caso, pode-se aplicar a **ponderação** entre preço e técnica, conforme previsto no **art. 48 da Lei nº 14.133/2021**.

8.5. Análise das Propostas pós o encerramento da **fase de lances**, o **Pregoeiro** iniciará a análise das propostas apresentadas pelos licitantes, observando os seguintes pontos:

- a) As propostas são **classificadas** com base no critério de julgamento especificado no Edital. No caso do **menor preço**, o **Pregoeiro** selecionará a proposta com o menor valor, desde que não haja evidência de irregularidades ou inconsistências.
- b) Se o critério for **melhor técnica**, o **Pregoeiro** analisará a **qualidade técnica** da proposta e a **capacidade de execução**, em conformidade com o que foi estipulado no **Termo de Referência**.

8.6. Verificação de Conformidade do Pregoeiro verificará a **conformidade** das propostas apresentadas com as exigências do Edital e com as especificações do **Termo de Referência**, caso uma proposta apresente **irregularidades** ou não atenda às exigências mínimas, ela será **desclassificada**.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

8.7. Em Caso de Empate se duas ou mais propostas apresentarem **o mesmo preço**, o **Pregoeiro** pode adotar as seguintes formas de desempate, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**:

- a) Análise de condições de habilitação:** Verifica-se qual empresa tem melhores condições de habilitação.
- b) Sorteio:** Se o empate não for resolvido pelas condições de habilitação, o **Pregoeiro** pode realizar um sorteio entre as empresas empatadas.

9. DO CONTRATO

9.1. A empresa vencedora deverá assinar o contrato em até **5 (cinco) dias úteis** após a adjudicação, conforme os termos estabelecidos neste Edital.

9.2. O prazo para a execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme as disposições legais.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A empresa contratada deverá:

- a) Prestar os serviços conforme as condições e especificações previstas no **Termo de Referência**.
- b) Garantir a **qualidade e eficiência** na execução dos serviços e a **atualização** do software conforme os termos acordados.
- c) Realizar as **visitas técnicas mensais** ou quando solicitado.
- d) Fornecer **suporte técnico remoto** contínuo.

Prestar os serviços conforme as condições e especificações do Termo de Referência, atendendo aos prazos, requisitos e parâmetros definidos neste Edital.

- b) **Fornecer suporte técnico remoto**, disponível para atendimento contínuo e em tempo hábil para solução de problemas.
- c) Realizar **visitas técnicas mensais** ou sempre que solicitado pela Administração, para acompanhamento dos serviços e levantamento de eventuais necessidades.
- d) **Manter atualizados** todos os sistemas de gerenciamento e as informações, garantindo a integridade dos dados e o cumprimento de legislações pertinentes ao RPPS.
- e) **Capacitar a equipe** do Instituto em conformidade com as diretrizes estabelecidas no contrato, com a entrega de materiais de treinamento e suporte contínuo.
- f) Garantir que o **software de gerenciamento** e os relatórios atuariais estejam em conformidade com as normativas legais, além de apresentar soluções rápidas para eventuais falhas técnicas no sistema.
- g) **Garantir a confidencialidade** das informações e dados fornecidos pela Administração Pública e dos membros do RPPS, evitando a exposição indevida.
- h) **Fornecer relatórios e pareceres** técnicos de alta qualidade, conforme os prazos definidos no contrato, e garantir a conformidade com os padrões exigidos pela administração pública.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

11.1. A Administração Pública compromete-se a:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

- a) Efetuar o pagamento pelos serviços executados, de acordo com as condições previstas no contrato e conforme o cronograma de pagamento estabelecido.
- b) Fornecer à contratada as informações necessárias para a execução dos serviços, garantindo o acesso da empresa aos dados necessários para a realização de relatórios e pareceres técnicos.
- c) Garantir a segurança e confidencialidade das informações fornecidas, assegurando que a contratada tenha acesso apenas aos dados necessários para a execução dos serviços.
- d) Acompanhar a execução do contrato, por meio de fiscalizações periódicas, garantindo que a contratada esteja cumprindo as especificações e prazos estabelecidos.
- e) Notificar a contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias para a realização das visitas técnicas mensais ou quando necessário, garantindo a coordenação das atividades a serem executadas.

12. DA GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

12.1. A contratada deverá oferecer **suporte técnico e virtual** contínuo e a **realização de visitas técnicas mensais**, ou quando necessário, para o bom andamento dos serviços, **conforme item 10 deste edital especificações contidas em anexo no ETP e TR.**

13. DAS PENALIDADES

13.1. A contratada estará sujeita às seguintes penalidades, caso não cumpra com as obrigações e requisitos estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência ou no Contrato, conforme as disposições da **Lei nº 14.133/2021**:

13.2. Multa por descumprimento contratual

- a) Caso a empresa contratada descumpra as obrigações previstas no contrato ou no Edital, será aplicada uma multa administrativa, de acordo com a gravidade da infração e a extensão do descumprimento, conforme descrito abaixo:
- b) Multa por atraso na execução do contrato: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso, caso não realize as atividades ou entregue os serviços no prazo estabelecido.
- c) Multa por inexecução parcial ou total do contrato: Caso a contratada não execute de forma parcial ou total os serviços contratados, poderá ser aplicada uma multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor da parte não executada do contrato. Em caso de inexecução total, a multa poderá alcançar **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato.

13.3. Multa por falha na qualidade dos serviços

- a) A empresa contratada estará sujeita a multa caso os serviços prestados não atendam aos padrões de qualidade e exigências técnicas previstas no **Termo de Referência** e no contrato, incluindo a não entrega dos produtos ou serviços conforme as especificações acordadas.
- b) Multa por falha nos serviços prestados: Caso os serviços não sejam executados conforme os padrões de qualidade estabelecidos, será aplicada uma multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor do serviço não executado ou que não atenda às especificações.

13.4. Multa por descumprimento das visitas técnicas

- a) A empresa contratada é obrigada a realizar visitas técnicas mensais ao órgão contratante, ou quando solicitado, conforme estipulado no Termo de Referência. Caso a contratada deixe de cumprir com as visitas técnicas obrigatórias, será aplicada uma multa de:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

b) Multa por não realização de visita técnica mensal: Será aplicada uma multa conforme firmado em contrato, por cada visita técnica não realizada, além de ser responsável pela reposição da visita no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de notificação.

13.5. Multa por não cumprimento das obrigações trabalhistas

a) Caso a contratada não cumpra com as obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais durante a execução do contrato, a mesma estará sujeita à penalidade, incluindo a multa administrativa prevista no artigo 122 da Lei nº 14.133/2021.

b) Multa por não cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais, caso a empresa contratada descumpra as obrigações trabalhistas, fiscais ou previdenciárias, será aplicada uma multa no valor correspondente a **10% (dez por cento)** do valor total do contrato.

13.6. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar

a) A empresa contratada poderá ser suspensão de participar de futuras licitações ou de celebrar contratos administrativos, nos seguintes casos:

b) Suspensão por descumprimento de contrato reiterado, se a contratada, após ser notificada formalmente, não sanar as irregularidades ou não cumprir com as obrigações contratuais no prazo estipulado, poderá ser suspensão de participar de futuras licitações e de firmar novos contratos com a Administração Pública por um período de até **2 (dois) anos**.

13.7. Rescisão do contrato

a) Além das penalidades descritas acima, a Administração poderá declarar a **rescisão unilateral** do contrato, nos seguintes casos:

b) Rescisão por inadimplemento total ou parcial, caso a contratada deixe de cumprir com as suas obrigações contratuais, a Administração poderá rescindir o contrato, aplicando-se as penalidades previstas, como as multas e a exigência de reparação de eventuais danos.

c) Rescisão por ato ilícito ou irregularidade grave, se for comprovada a prática de atos ilícitos ou irregulares por parte da empresa contratada, que comprometam a execução do contrato ou resultem em prejuízos à Administração Pública, o contrato será rescindido, e a contratada estará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, além das penalidades previstas neste Edital.

13.8. Aplicação de sanções cumulativas

a) As penalidades descritas neste Edital poderão ser aplicadas de forma cumulativa, conforme o tipo de infração cometida pela empresa contratada, de acordo com a gravidade do descumprimento das obrigações contratuais. A Administração poderá aplicar a **multas** e, ao mesmo tempo, **rescindir o contrato** ou **suspender a empresa** de participar de novas licitações.

13.9. Procedimento para aplicação das penalidades

a) A empresa contratada será notificada de qualquer infração ou descumprimento de obrigações contratuais e terá um prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentar defesa e justificar o ocorrido. A defesa será analisada e, caso seja considerada insuficiente ou não acatada, a penalidade será aplicada.

b) Imposição da penalidade, A penalidade será formalmente aplicada após a análise da defesa ou, se não houver defesa, após o término do prazo. A Administração pode ainda solicitar o ressarcimento de danos causados pela não execução do contrato, conforme as disposições legais.

13.10. Disposições finais sobre penalidades





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

a) Atuação conforme o interesse público, a aplicação das penalidades visa garantir a boa execução do contrato, e todas as sanções serão aplicadas com base nos princípios da **legalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, conforme os dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**.

b) As **penalidades** que podem ser aplicadas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, de acordo com a **Lei nº 14.133/2021**, as penalidades incluem **multas, rescisão do contrato e suspensão de participação em licitações**, visando assegurar a boa execução do contrato e o cumprimento dos prazos e especificações acordadas.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O **julgamento das propostas no Pregão Eletrônico** é um dos pilares para garantir que a Administração atenda aos princípios constitucionais da **administração pública**, tais como **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, conforme preconizado pela **Lei nº 14.133/2021** e outras normas pertinentes. O processo de julgamento, quando bem conduzido, assegura a obtenção do melhor **custo-benefício** para a Administração, ao mesmo tempo em que assegura a **transparência** e a **isenção** no processo licitatório.

15. DO FORO

15.1. Será o Foro competente para resolver quaisquer questões legais ou controvérsias que possam surgir durante o processo de execução do contrato decorrente do **Pregão Eletrônico**. Assim, caso algum litígio seja suscitado, como um pedido de revisão de penalidades ou outra disputa contratual, a **Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO**.

Vale do Paraíso/RO, 28 de abril de 2025.

JOSÉ LUÍS PEREIRA CARVALHO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PORT.7667/2025

FILÍPE MAGALHÃES GÍL
PREGOEIRO
PORT.7660/2025

ANEXOS DESTA MINUTA DE EDITAL

- I - E.T.P ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- II - T.R TERMO DE REFERÊNCIA
- III - MINUTA DE CONTRATO
- IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
- V - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
- VI - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
- VII - TERMO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada:

1.2. O presente Estudo Técnico Preliminar ETP tem como objetivo avaliar alternativas para futura e eventual contratação de empresa especializada/qualificada para prestar serviços técnicos para RPPS no âmbito da administração pública municipal de assessoria previdenciária; de assessoria na concessão de benefícios e compensação previdenciária; de estudos, planejamento e realizações de eventos relacionados à RPPS (palestra); de cessão de direitos de uso de software de sistema de gerenciamento para Regime Próprio de Previdência Social 100% (cem por cento) WEB, com emissão de guia com código de barras, incluindo a sua instalação, importação/migração de todos os dados existentes, bem como serviços de manutenção, suporte, atualização e capacitação da equipe do Instituto, estes com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário e; de consultoria atuarial mensal com elaboração de relatório da avaliação atuarial anual, elaboração de relatório de gestão atuarial, elaboração de estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais, com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário.

2 - DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.2. Art. 40 da C.F, EC nº 20/98, EC nº 41/03, EC nº 47/05, EC nº 88/15 e EC 103/2019, Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022 e, demais normativas no TCE/RO e Ministério da Previdência Social que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e demais normas.

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, na maioria, são realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e uma gestão eficiente dos recursos públicos. O RPPS possui inúmeras peculiaridades e especialidades, assegurando, aos servidores efetivos do município de Vale do Paraíso e seus dependentes, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, considerando que a prestação dos serviços ora descrita seja de caráter contínuo e obrigatório aos RPPS, sendo assim, imprescindível a contratação de empresa especializada/qualificada para prestar serviços técnicos de assessoria previdenciária; de assessoria na concessão de benefícios e compensação previdenciária; de estudos, planejamento e realizações de eventos relacionados à RPPS (palestra); de cessão de direitos de uso de software de sistema de gerenciamento para Regime Próprio de Previdência Social 100% (cem por cento) WEB e; de consultoria atuarial mensal com elaboração de relatório da avaliação atuarial anual, elaboração de relatório de gestão atuarial, elaboração de estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais, com suporte técnico virtual e presencial in loco, para o bom desenvolvimento dos serviços prestados pelo Instituto de Previdência Própria, uma vez que, através deles são mantidas





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

todas as informações necessárias ao adequado gerenciamento e a boa administração dos benefícios sociais junto aos segurados deste Instituto.

3.2. Vale salientar que o Instituto de Previdência Municipal de Vale do Paraíso –IPMVP, identificou a necessidade de contratação de ferramenta específica para a melhoria dos processos de concessão de benefícios, bem como, para monitoração e controle dos benefícios concedidos. Os cálculos atuariais vêm demonstrando que a quantidade de segurados inativos tende a crescer, elevando a quantidade de benefícios concedidos.

3.3. Outro motivo para a contratação deste serviço é a complexidade dos trabalhos a serem realizados e a necessidade de que as atividades sejam executadas por empresa especializada/qualificada na elaboração dos procedimentos objeto do presente certame, pois existe a necessidade de controlar de forma mais eficaz e confiável o fluxo destes processos além da crescente demanda de atendimento aos preceitos normalizadores, transcritos em legislação, portarias, e demais normatizações que em conjunto disciplinam os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupante de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além do cumprimento das normas legais previstas em todo arcabouço da vasta legislação previdenciária, a necessidade de atualizar o passivo e manter atualizada as informações exigidas pela Portaria MTP 1467 de 02 de junho de 2022, permitindo ao município de Vale do Paraíso obter os seguintes resultados, regularização e manutenção bimestral de itens do sistema CADPREV; Emissão do CRP de forma Administrativa, privilégio de poucos entes no país; demonstração de regularidade plena perante os órgãos de controle externo; agilidade na assinatura de convênios haja vista possuir o CRP válido.

3.4. Portanto, em respeito aos princípios que regem a Administração Pública direta e indireta, assim como o disposto no art. 5º, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, que serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), entendemos por bem estarem devidamente justificadas as necessidades desta contratação.

4 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. Conforme informado na descrição de necessidade essa prestação de serviço é rotineira anualmente para obtermos informações a respeito do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Essa contratação está incluída no Saldo Dotação Orçamentária definido através da LOA – Lei Orçamentária Anual:

09-272 Previdência Social

09.272.3001 Previdência Social dos Servidores Municipais

09.272.3001.2201.000 Manutenção do IPMVP

33.90.35.00 Serviços de Consultoria

5 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos necessários para atender o objeto da prestação de serviços são:

5.1. (ITEM 01) Assessoria Previdenciária / Assessoria na Concessão de Benefícios e Compensação Previdenciária / Estudos, Planejamento e Realizações de Eventos Relacionados à RPPS (palestra):

5.1.1. Consultoria no acompanhamento da Legislação Federal pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social, com objetivo de manter a entidade autárquica (IPMVP) sempre atualizada com as novidades ocorridas neste campo;

Pregão Eletrônico nº 003/2025 Processo ADM. 044/2025/IPMVP

Portal: <https://www.valedoparaíso.ro.gov.br> e-mail: cpl@valedoparaíso.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

- 5.1.2. Acompanhar e dar consultoria à Gestão de Benefícios do Instituto, fazendo análises da legislação previdenciária local e de acordo com dispositivos em conflito com a legislação previdenciária federal e/ou carentes de regulamentação para situações cotidianas vividas pela unidade gestora;
- 5.1.3. Consultoria na elaboração de pareceres, projetos de lei, decretos, portarias dentre outros atos administrativos que forem demandados, de acordo com a legislação e instruções do TCE/RO;
- 5.1.4. Consultoria necessária para solucionar os recursos interpostos contra o regime próprio de Previdência social em âmbito administrativo;
- 5.1.5. Elaboração de pareceres Técnicos/Previdenciários consultivos nos processos de aposentadoria e pensão, solicitados pelos segurados/dependentes do regime próprio de Previdência referente aos assuntos relacionados ao regime próprio de Previdência, quando solicitado pelo Instituto, com um prazo de 72 horas pós solicitado por via documento pelo IPMVP;
- 5.1.6. Analisar e acompanhar às diligências oriundas do TCE/RO e do MPS, providenciando respostas, analisar e acompanhar defesas às Auditorias oriundas dos referidos órgãos, no quesito Previdenciário, quando solicitado pelo IPMVP.
- 5.1.7. Consultoria na análise do tempo de serviço prestado pelos segurados a outros regimes de Previdência (RGPS/RPPS);
- 5.1.8. Orientar a Diretoria Executiva quanto às normas atuais e novas orientações da Secretaria de Previdência Social e demais órgãos regulamentadores;
- 5.1.9. Acompanhar, diariamente, a Diretoria Executiva em quaisquer dúvidas que surgirem pertinentes a gestão, via contato telefônico ou por outro meio eletrônico (e-mail);
- 5.1.10. Consultoria no cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 9.717/98 e Portaria MPAS nº 1467/22 e alterações posteriores;
- 5.1.11. Consultoria no envio e acompanhamento nos Preenchimentos dos Demonstrativos Previdenciário, Comprovante de Repasse, DIPR (Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses/CADPREV), junto a Secretaria de Previdência Social;
- 5.1.12. Consultoria na elaboração/acompanhamento de Termo de Acordo de Parcelamentos e/ou Reparcimentos, quando houver, e documentos solicitado pelos integrantes da comissão do IPMVP;
- 5.1.13. Emissão de Parecer Técnico/Previdenciário consultivo da empresa ao IPMVP, para esclarecer assuntos específicos, quando solicitado, no prazo máximo de 72 horas quando solicitado;
- 5.1.14. Consultoria aos Conselhos do IPMVP, quando solicitado pelos colegiados;
- 5.1.15. Consultoria na elaboração de Cartilha para o IPMVP e atos normativos como resolução, instrução normativa e outros mecanismos legais de modo a atender o Plano de Ação do TCE/RO e/ou Pró-Gestão da SPREV;
- 5.1.16. Consultoria na fórmula dos cálculos dos benefícios a serem concedidos aos segurados/dependentes, bem como das revisões que porventura ocorrerem;
- 5.1.17. Consultoria e acompanhamento na instrução dos processos de aposentarias e pensões, solicitados pelos segurados/dependentes do Regime Próprio de Previdência;
- 5.1.18. Prestar Educação Previdenciária através de acompanhamento de Consultores da empresa em visitas às escolas do município de Vale do Paraíso, ou outros departamentos da administração pública e, realizar em conjunto com a diretoria





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

executiva do IPMVP, Audiência Pública com objetivo de sanar dúvidas dos segurados sobre assuntos relacionados à RPPS;

5.1.19. Consultoria na realização de revisão de processos de aposentadorias e ou pensões à medida que forem exigidas novas normas pelo Ministério da Previdência, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e/ou Legislação Municipal;

5.1.20. Orientar quanto ao reajuste anual de acordo com o INSS e ou Poder Executivo, dos benefícios concedidos com ou sem direito a paridade, quando houver alteração na legislação local ou federal/INSS;

5.1.21. Consultoria no atendimento as auditorias diretas e indiretas realizadas pela Secretaria de Previdência Social, incluindo o assessoramento na produção de justificativas que se façam necessárias e apresentação de eventuais documentos que sejam solicitados;

5.1.22. Orientar os servidores do IPMVP quanto ao recolhimento da contribuição previdenciária com emissão das guias destinadas ao patrocinador e aos segurados que se encontram sem remuneração, acompanhamento do pagamento com o devido cálculo de juros e correção monetária no caso de atraso no pagamento;

5.1.23. Consultoria no envio dos processos de aposentadoria e/ou pensão por morte concedidos aos segurados e/ou dependentes via FISCAP/TCE-RO;

5.1.24. Consultoria na Realização da Compensação Previdenciária entre o Regime Próprio e o Regime Geral de Previdência Social e demais regimes de acordo com a Lei Federal nº 9.796/99 e ao Decreto Federal nº 3.112/99, alterado pelo Decreto Federal nº 3217/99 e a Portaria MPAS nº 6.209/99 e determinação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

5.1.25. Consultoria na operacionalização do sistema COMPREV para os servidores responsáveis pelo mesmo na sede do IPMVP;

5.1.26. Treinamento e realização em conjunto aos servidores do IPMVP responsáveis no envio dos requerimentos de todos os processos de compensação, na sede do Instituto;

5.1.27. Treinamento e realização em conjunto aos servidores do IPMVP responsáveis pelo envio dos documentos que serão digitalizados e transmitidos pelo sistema COMPREV, na sede da Autarquia Municipal;

5.1.28. Consultoria no envio dos anexos, quando houver troca do administrador e/ou operador do COMPREV ao setor responsável (SPREV) para a devida atualização dos novos operadores;

OBSERVAÇÃO: Em hipótese alguma haverá pagamento de parcelas/fração ou percentual de valores a empresa contratada quando houver compensação previdenciária aos cofres do Instituto.

5.1.29. Consultores da empresa contratada será responsável em realizar em conjunto com os servidores do IPMVP, os reajustes dos proventos de aposentadorias e pensão por morte concedidos aos segurados e/ou dependentes desta autarquia municipal. Além de apresentar a lista contendo os nomes dos servidores que terão direito aos reajustes, após análise dos processos, também será responsável em fornecer modelos das planilhas com os devidos valores e reajustes que serão aplicados aos proventos dos beneficiários.

5.1.30. Estudos, Planejamento e Realização de Eventos (Conferência Municipal/Palestra) para RPPS. Sempre que convocado, assessoria na apresentação de palestras esclarecedoras, visando dar transparência ao funcionamento e rotina do IPMVP, devendo demonstrar a situação administrativa do Instituto, dando o enfoque para os acertos e as deficiências, podendo ser perante os Poderes Executivo e Legislativo, Sindicato dos Servidores Públicos, Conselhos Deliberativo e Fiscal e a outros que se fizerem necessários (anualmente).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.1.31. A empresa vencedora do certame deverá prestar treinamento e suporte técnico, quando solicitado de acordo com os itens acima;

5.1.31.1. O treinamento a ser prestado será aos funcionários do setor, para desenvolvimento normal do IPMVP, e será realizado nas dependências do Instituto em horário comercial;

5.1.31.2. O suporte técnico consistirá em mão de obra técnica para solucionar os problemas de manutenção do IPMVP, independente de jornada de trabalho;

5.1.31.3. Toda a estrutura e material necessários à perfeita execução dos serviços serão fornecidos pelo contratado, inclusive despesas com locomoção, hospedagem e alimentação da equipe técnica.

5.1.31.4. Suporte técnico com visita técnica realizada “*in loco*” e em horário comercial, nas dependências do IPMVP, com carga horária de 08 (oito) horas, 01 (uma) vez por mês, ou quando necessário.

5.1.31.5. E facultada às empresas Licitantes a realização de vistoria prévia nas instalações da Administração Municipal de Vale do Paraíso/RO, áreas urbana e rural, para conhecimento dos locais onde prestarão os serviços, mediante termo de vistoria a ser lavrado pelo IPMVP.

5.1.31.6. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as Licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto deste ETP.

5.1.31.7. Caso a Licitante opte por não realizar a visita técnica, ela deverá emitir declaração de que conhece as condições e grau de dificuldades existentes para a prestação dos serviços ao Instituto.

5.1.32. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA HABILITAÇÃO DO CERTAME (ITEM 5.1):

5.1.32.1. A empresa interessada em prestar os serviços ao IPMVP deverá comprovar que possui equipe de profissionais que ficarão responsáveis pela prestação dos serviços exigidos no item 5.1, devendo a Licitante comprovar possuir em seu quadro funcional no mínimo 01 Consultor Previdenciário e 01 Advogado os quais deverão comprovar possuir experiência de serviços prestados para RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social, estando obrigados à apresentarem junto ao setor competente (CPL) os documentos relacionados abaixo para habilitação licitatória:

5.1.32.2. A Licitante deverá por meio de carta/declaração indicar o Consultor Previdenciário responsável pelo assessoramento previdenciário. O Consultor Previdenciário indicado deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação:

a) Comprovar através de Declaração/Atestado que possui no mínimo 3 (três) anos de experiência na prestação de serviços de consultoria previdenciária em RPPS – Regime de Próprio de Previdência Social. Sendo proprietário, o Consultor deverá apresentar os Contratos e Aditivos de prestação de serviço em seu nome, caso seja colaborador, deverá apresentar cópia da carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço para comprovação de sua experiência profissional.

b) Apresentar no mínimo 03 (três) Declarações Técnico-Profissional fornecido por RPPS, com prazo de execução compatível ao prazo pretendido para a contratação, comprovando que o Consultor Previdenciário prestou/presta consultoria previdenciária nas áreas de: **1.** Elaboração e discussão de minuta de alteração/reestruturação da lei do RPPS; **2.** RPPS Itinerante; **3.** Consultoria aos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo; **4.** Apresentação do resultado da Avaliação Atuarial Anual; **5.** Elaboração de Cartilha previdenciária; **6.** Educação previdenciária sobre a reforma municipal para Diretoria Executiva do RPPS (EC 103/2019); **7.** Apresentação de palestra/audiência pública previdenciária para os servidores/vereadores/prefeito municipal; **8.** DIPR (levantamento de dados, preenchimentos Cadprev-Ente Local, envio Cadprev-Web), **9.** Consultoria na Compensação Previdenciária (Assessoramento mensal e liberação de acesso e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

operacionalização do sistema COMPREV); **10.** Concessão e revisão de benefícios previdenciários de acordo com as regras previstas no art. 40 da C.F, EC nº 20/98, EC nº 41/03, EC nº 47/05, EC nº 70/12, EC nº 88/15 e EC 103/2019; **11.** Consultoria no envio de processos via FISCAP-TCE; **12.** Fornecimento de minuta de lei de Parcelamento; **13.** Consultoria na elaboração e/ou correção de Parcelamentos firmados entre o RPPS e o Executivo/Câmara Municipal; **14.** Consultoria a Diretoria Executiva do RPPS nas diligências do TCE/RO; **15.** Consultoria na elaboração de documentos exigidos para atender o Plano de Ação do RPPS exigido pelo TCE/RO; **16.** Consultoria no levantamento dos documentos necessários para atender auditorias da SPREV, assim como fornecimento de justificativa. **As declarações/atestados deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente e Diretor de Benefício/Financeiro da Unidade Gestora (RPPS), e deverá ser por um RPPS que já realizou a reforma previdenciária local, compatível com a Emenda Constitucional nº 103/2019.**

5.1.32.3. O Instituto de Previdência Própria de Vale do Paraíso – IPMVP, através de Comissão ou autoridade superior da Autarquia, em qualquer fase da licitação, poderá realizar diligência em RPPS os quais a Licitante prestou/presta serviços relacionado ao objeto do TR, para esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme previsto no §2º do art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, sujeitando a Licitante às penalidades previstas em lei, caso apresente informações inverídicas.

5.1.32.4. Documentos como cópias de Contratos, Empenho, Leis da Reforma Municipal compatível com a EC 103/2019, entre outros documentos relacionados ao Item 5.1 deste ETP, poderão ser solicitados pela diretoria do Instituto a Licitante para comprovação dos serviços.

5.1.32.5. A licitante (empresa) deverá apresentar no mínimo 01 (um) Atestado/Declaração de Capacidade Técnico-Operacional em seu nome, expedido por instituições de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional, que contenha a descrição dos serviços descritos no item 02 (DO OBJETO) deste ETP, com prazo de execução dos serviços compatível ao prazo pretendido para a contratação. **Os atestados deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente do RPPS.**

5.1.32.6. A comprovação de qualificação técnico-profissional e/ou operacional é essencial para garantir a contratação de empresas com expertise comprovada na gestão de RPPS, assegurando a qualidade, a eficiência e a segurança dos serviços prestados aos segurados e beneficiários. A ausência de profissionais qualificados pode comprometer a gestão do regime, resultando em erros em cálculos de benefícios e/ou atuariais, que podem gerar prejuízos financeiros para o RPPS e afetar o pagamento de benefícios, além de implicar em falhas na gestão do RPPS, com potencial perda e aumento do déficit atuarial. As exigências de qualificação previstas neste ETP são proporcionais à complexidade e relevância do objeto da contratação, visando selecionar a proposta mais vantajosa para o IPMVP e garantir uma melhor gestão nos serviços oferecidos pelo RPPS. A análise da qualificação será um critério objetivo de avaliação das propostas, garantindo a competitividade, a isonomia e a transparência na licitação."

5.1.32.7. A lei de licitações de fato faz uma exigência do mínimo indispensável, mas não restringe um ente em fazer exigências maiores para garantir que se faça uma contratação que atenda os interesses do Instituto, logo o interesse público. Cabe salientar ainda que, os institutos participam de grupos de conversas em WhatsApp, reuniões, congressos, cursos e, é comum ouvir reclamações de empresas que dizem tudo entender, mas na prática não dão conta de prestar os mais elementares serviços, por esse motivo, exigir que se comprove a experiência é para garantir que de fato o prestador do serviço tenha conhecimento. Além de ser prejudicial ao instituto, contratar empresas/profissionais que não são de fato capacitadas, além de retardar os serviços, custarão ainda mais aos cofres públicos pela necessidade de se contratar outra empresa para além de prestar o serviço, consertar os erros dos outros. Quando se trata de um RPPS e sua complexidade, ainda mais em tempos de radicais mudanças, nenhuma cautela é excessiva. Por fim, a lei dá um parâmetro sobre as exigências, mas nada impede que o ente se resguarde de maiores cautelas para contratar, e assim, garantir a melhor técnica na execução dos serviços. Em outras palavras, este documento servirá para que a contratante tenha conhecimento se a





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

Licitante possui qualificação técnico-profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no edital. Sua finalidade é, também, a de demonstrar que a Licitante atuou no ramo pertinente ao objeto.

5.1.32.8. A Licitante deverá por meio de carta/declaração, indicar o **Advogado responsável pela consultoria jurídica**. O Advogado indicado deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação:

a) **Advogado** deverá estar regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB e com situação regular para atuar como tal, e ainda, com experiência profissional jurídica na área de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que possua grau acadêmico para tanto, comprovando por meio de Currículo Lattes ou equivalente, com qualificação acadêmica em pós-graduação, tais como especialização, mestrado ou doutorado, comprovando que seu objeto de estudo seja a Previdência Social, portanto, deverá ser anexado aos documentos de habilitação com cópia da carteira da OAB;

b) O **advogado** indicado/representante pela empresa auxiliará/assessorará a procuradoria jurídica do IPMVP nos assuntos jurídicos da autarquia e, terá de comprovar ter experiência de pelo menos 3 (três) anos de prestação de serviços jurídicos em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A comprovação será mediante a apresentação de 03 (três) Declarações/Atestados emitidos por RPPS na qual é responsável pela emissão de pareceres e apresentação de palestra. O advogado indicado/representante da Licitante, será responsável pela apresentação da conferência municipal/palestra exigida no item 5.1.30, elaboração de pareceres técnicos/jurídicos consultivos e responsável por todas as ações em todas as instâncias em que o IPMVP for parte. As despesas de locomoção do advogado correrão por conta da contratada em caso de audiência ou acompanhamento em órgãos judiciais ou administrativos em que o instituto for parte. **As declarações apresentadas pelo advogado deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente da Unidade Gestora (RPPS).**

c) A Licitante deverá apresentar uma declaração, emitida por seu advogado constituído, na qual este afirme ser o representante legal da empresa para todos os fins e efeitos, inclusive para o presente processo licitatório.

5.1.32.9. Documentos como cópia de Contratos, Empenhos, Fotos, Matérias em Sites, Publicações em Redes Sociais, entre outros, poderão ser solicitados pela diretoria do Instituto, para comprovar a execução dos serviços do advogado.

5.1.32.10. Os pareceres emitidos para concessão/revisão ou não de benefício deve ser subscrito por um profissional da advocacia, o ou a qual tem capacidade profissional e/ou técnica para analisar o pedido. Além do mais, o município de Vale do Paraíso, já realizou a reforma da previdência municipal através da **Lei Complementar nº 1, de 1 de julho de 2024**, com base nos critérios e regras da emenda constitucional nº 103/19. Portanto, é de extrema necessidade que este Instituto esteja organizado e preparado para as mudanças ocorridas, e com isso, tem a necessidade de contratação de empresa que tenha em sua composição profissionais qualificados, inclusive da área jurídica que já presta serviços a municípios que instituíram a reforma previdenciária local, para dar o suporte necessário as mudanças legais. Em relação às certificações/Atestados, na mesma lógica dos consultores, necessitamos de profissionais que de fato entendam da temática, e que nos auxiliem na melhor técnica.

5.1.32.11. A exigência de um profissional advogado no corpo técnico da Licitante, visam os serviços consultivo de assistência técnica/jurídica a procuradoria jurídica do IPMVP, o qual é diretamente responsável pela área jurídica do Instituto. A contratação pretendida visa suprir necessidades de consultoria jurídicas do instituto de previdência na especialidade de Direito Previdenciário, tendo em vista a proeminente necessidade de atendimento das demandas jurídicas hodiernas de forma célere, bem como de logística para que a procuradoria do IPMVP possa acompanhar os processos e procedimentos jurídicos e administrativos do RPPS, em questões de relevância e alta especificidade para salvaguardar o melhor interesse público.

5.1.32.12. Os documentos dos representantes da empresa apresentado no momento da habilitação da licitação serão do Consultor Previdenciário e Advogado que deverão dar suporte técnico para o Instituto. Não será aceita visita de outro





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

representante que não seja os que serviram para a habilitação da Licitante, exceto se o representante indicado na visita possuir as mesmas qualificações Técnico-Profissional exigidas nos **itens 5.1.32.2 e 5.1.32.8**, deste ETP.

5.1.32.13. Caso a Licitante queira substituir o Consultor e/ou Advogado indicados na habilitação do certame, terá de encaminhar os documentos conforme exigidos nos itens acima, no prazo de 05 (cinco) dias corridos antes da visita marcada pela Instituto, para aferição por parte da Diretoria Executiva, para comprovar sua qualificação Técnico-Profissional.

5.1.32.14. A Licitante deverá comprovar vínculo com os representantes que ficarão responsável em realizar as visitas junto ao Instituto, apresentando no mínimo 01 (um) dos documentos relacionados a seguir:

- a. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b. Contrato de Prestação de Serviços, em vigor;
- c. Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

5.1.32.15. Em que pese a necessidade de contratação de empresa para assessoramento de RPPS, ainda que o rigor das exigências pareça excesso de cautela, vale lembrar mais uma vez que recentemente o sistema previdenciário brasileiro sofreu sua maior alteração dos últimos anos com a Emenda Constitucional nº 103/2019. Com isso os institutos de todo o país precisarão se adaptar às novas normas, seja de ordem constitucional ou até mesmo orientativa por parte da Secretaria da Previdência. **Com isso, busca-se empresas que já tenham experiência comprovada no assessoramento de RPPS**, já que para além das alterações legais, haverá vários trâmites burocráticos e legislativos a partir de então, o que exigirá o vencedor do certame, capacidade técnica-profissional e/ou operacional para apresentar as mudanças para o executivo municipal, o qual é responsável pelo envio dos projetos de lei, assim como, com o Poder Legislativo, que precisará munir-se de informações sobre as alterações que ocorreram no cenário nacional para aprovar as medidas que serão obrigatórias. Será um trabalho conjunto, por isso a necessidade de uma assessoria efetivamente qualificada e com experiência comprovada, conforme exigido acima.

5.2. (ITEM 02) CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA COM EMISSÃO DE GUIAS COM CÓDIGOS DE BARRAS:

- a) Sistema Integrado de Gestão Previdenciária, adequado para rotinas específicas de Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, atendendo, OBRIGATORIAMENTE, os seguintes requisitos técnicos e dotado das seguintes funcionalidades e recursos:
- b) O software contratado deverá ser totalmente orientado à administração pública, focado na gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Deverão atender a todas as exigências da legislação vigente, contendo todas as informações necessárias a atender o funcionamento do Instituto e as exigências previdenciárias legais tanto da Secretaria de Previdência Social - SPS como dos órgãos públicos com que estiver relacionado por força de lei (TCE-RO). Os serviços oferecidos deverão atender às necessidades previstas no presente ETP, bem como no Edital de Licitação.

5.2.1. DAS FUNCIONALIDADES DO SOFTWARE:

5.2.1.1. O software deverá ser executado totalmente em plataforma WEB, efetuar acesso aos módulos por meio de navegador WEB, utilizando tecnologia HTML, JavaScript e PDF para visualização de relatórios, através de dispositivos móveis, tais como tablets, smartphones, notebooks devidamente conectados à internet (rede, 3G, 4G, 5G ou Wi-fi), com serviço de monitoramento de log de erro da aplicação em tempo real para melhor análise e correção imediata.

5.2.1.2. O software previdenciário e banco de dados deverão ser executados totalmente em ambiente CLOUD, sem prejuízo de suas funcionalidades, e terá que apresentar os seguintes módulos de gerenciamentos previdenciários:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.2.2. MÓDULO DE GERENCIAMENTO DE USUÁRIOS: O sistema deverá conter delimitação de níveis de acesso. O controle de acesso nas informações do Instituto faz com que limites sejam estabelecidos aos usuários do sistema, garantindo que os dados sejam acessados somente pelos funcionários autorizados e que recursos, tais como a simulações, contribuições, guias, entre outros, possam ser controlados. Os acessos serão dados aos usuários conforme for surgindo a necessidade do instituto.

5.2.2.1. O software previdenciário deverá fornecer senhas de segurança independentes para cada usuário. Cada usuário só poderá acessar o sistema através de sua identificação pessoal e sua correspondente senha de acesso, baseado numa estrutura de perfil e menus associados para cada tipo de acesso.

5.2.2.2. Todos os relatórios impressos pelo sistema deverão conter identificação do usuário.

5.2.3. MÓDULO DE CADASTROS DE ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E SEUS RESPECTIVOS DEPENDENTES: sistema deverá conter campos obrigatórios para lançamentos das informações conforme especificados abaixo:

5.2.3.1. Cadastro dos segurados efetivos/ativos e seus dependentes: (nome, data de nascimento, estado civil, sexo, endereço, telefones, naturalidade, nacionalidade, RG, CPF, Título de Eleitor, PIS/PASEP/NIT, CTPS, nome do pai, CPF do pai, nome da mãe, CPF da mãe, nome do Conselho em caso de titulação, informações de escolaridade, matrícula do órgão de origem, matrícula Instituto, regime jurídico, tipo de admissão, informações do edital, nome do órgão, nome da secretaria, nome do órgão de lotação, nome do cargo efetivo, classe, nível, referência, carga horária, informações de cessão para outros órgãos, informações da composição do vencimento, informações de férias, informações de licença prêmio, informações bancárias, tempo de contribuição anterior público/privado, tempo sem contribuição, tempo fora da carreira/magistério. **Dependentes:** nome, naturalidade, estado civil, data de nascimento, sexo, CPF, RG, PIS/PASEP, título de eleitor, endereço, invalido sim/não), etc.

5.2.3.2. Cadastro dos inativos: (nome, data de nascimento, estado civil, sexo, endereço, telefones, naturalidade, RG, CPF, Título de Eleitor, PIS/PASEP/NIT, nome do pai, CPF do pai, nome da mãe, CPF da mãe, matrícula do órgão de origem, matrícula Instituto, nome do órgão de origem, nome da secretaria de origem, nome do cargo em que deu aposentadoria, classe/nível/referência da aposentadoria, informações da composição do provento de aposentadoria, nº e data do processo de aposentadoria, data do requerimento de aposentadoria, tipo de benefício que aposentou, integral/proporcional, paridade sim/não, decisão judicial sim/não, nº processo judicial, data da concessão do benefício, data e nº do ato de concessão, homologação TCE sim/não. **Dependentes:** nome, naturalidade, estado civil, data de nascimento, sexo, CPF, RG, PIS/PASEP, título de eleitor, endereço, invalido sim/não), etc.

5.2.3.3. Cadastro dos Pensionistas: (cadastro do instituidor da pensão - nome, data de nascimento, estado civil, sexo, naturalidade, RG, CPF, Categoria – inativo/ativo, matrícula de origem, órgão de origem, secretaria de origem, cargo de origem, data de admissão, data de óbito), nome do pensionista, data de nascimento do pensionista, estado civil, sexo, endereço, telefones, RG, CPF, informações da composição do provento de pensão, duração do benefício, percentual da cota parte, valor por cota parte, condição do pensionista valido/invalido, tempo de duração do benefício, data de início e termino do benefício, decisão judicial sim/não, nº processo judicial, representante legal sim/não, data de recadastramento, etc.

I. Impressão de modelos de requerimentos de:

1. Requerimento de Abono de Permanência;
2. Requerimento de Aposentadoria Por Idade;
3. Requerimento de Aposentadoria Por Idade e Tempo de Contribuição (Regra Permanente/Transição);
4. Requerimento de Pensão Por Morte (ativo/inativo).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

II. Impressão de Declarações de:

1. Declaração de Ciência e Acordo com a Regra (Permanente/Transição);
2. Declaração de Ciência e Acordo com o valor do provento (Regra Permanente/Transição);
3. Declaração de Não Acumulação de Cargo Público;
4. Declaração de Não Responder Processo de Sindicância ou Disciplinar;
5. Declaração de Regularidade de Situação de Contribuinte Individual.

5.2.4. MÓDULO PARA SIMULAR OU CALCULAR O VALOR DO BENEFÍCIO, APOSENTADORIA E/OU PENSÃO POR MORTE. Efetuar acesso ao módulo por meio de navegador web, utilizando tecnologia HTML, Java Script e PDF para visualização de relatórios; as planilhas de proventos deverão estarem parametrizadas de acordo com as regras de aposentadorias e pensão por morte, estabelecido na legislação do Instituto.

5.2.4.1. As planilhas de proventos deverão estar parametrizadas de acordo com as seguintes regras:

5.2.4.1.1. Emissão de Planilha de Cálculo de Proventos, conforme regras do Art. 40 da C.F, EC nº 20/98, EC nº 41/03, EC nº 47/05, EC nº 70/12, EC nº 88/15, **EC 103/2019 e LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 1 DE JULHO DE 2024;**

5.2.4.1.2. Simulador de Aposentadoria conforme regras do Art. 40 da C.F, EC nº 20/98, EC nº 41/03, EC nº 47/05, EC nº 88/15, **EC 103/2019 e LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 1 DE JULHO DE 2024,** e consequentemente a emissão do mesmo;

5.2.4.1.3. As planilhas de proventos citadas acima deverão atenderem a Instrução Normativa nº 50/TCE-RO, e alterações posteriores;

5.2.5. MÓDULO DE CADASTRO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (ARRECADAÇÃO): Efetuar administração de recolhimento de contribuições previdenciárias de cada servidor e patronal, por fonte pagadora, de forma individualizada, por regime financeiro e previdenciário, e terá de conter as seguintes opções:

5.2.5.1. Cadastro de todas as alíquotas patronal/servidor, o qual vigorarão desde o período da criação do RPPS até a presente data, conforme leis municipais;

5.2.5.2. Efetuar registro mensal da remuneração e de contribuição, bem como sua composição, do segurado e beneficiário;

5.2.5.3. Emitir relatório de extrato de contribuições individualizadas contendo informações do segurado/patronal, por período ou competência;

5.2.5.4. Emitir relatórios de contribuições de todos os segurados, por período ou competência;

5.2.5.5. Emitir relatório de inconsistência por competência, nos repasses das contribuições efetuadas pelo órgão devedor, o qual deverá conter informações de contribuições devida, contribuição retida, para apurar possíveis diferenças nos repasses previdenciários;

5.2.5.6. Possibilitar edição dos valores de contribuição par um determinado segurado a partir do modulo de arrecadação;

5.2.5.7. Possibilitar importação das contribuições através de arquivos XML extraídos da folha de pagamento da Prefeitura Municipal/Câmara e demais Autarquias e Fundações para o Cadastro de Contribuições dos servidores por competência;

5.2.5.8. Os arquivos a serem importados será da competência desde a data de criação do Instituto até a presente data, e a importação de todas as competências é de responsabilidade da empresa contratada.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.2.6. MÓDULO DE CONFEÇÃO DE G.I.R.S (GUIAS DE INFORMAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS): A guia de recolhimento deverá apresentar as informações de nome e CNPJ do instituto, nome do órgão de cobrança, nome das secretarias, nomes dos departamentos, tipo de cálculo (ativo/inativo/pensionista), nº da guia, competência da guia (mensal/13º), cedidos (sim/não), valor base previdência, valor da folha bruta, valor do segurado, valor do patronal, valor da contribuição total, alíquotas do segurado, normal/suplementar/aporte/taxa administrativa, nº de servidores, valor de descontos, vencimento da guia, competência e ano da guia, data de emissão da guia, data do pagamento da guia, subtotal da guia, total da guia, juros, multas, tipo de taxa, proporcionalidade de juros/multa/taxas, saldo devedor, baixa da guia (pago total/proporcional), etc.

5.2.6.1. O módulo deverá ainda apresentar as seguintes funcionalidades:

5.2.6.2. Emissão de encaminhamento de G.I.R.S., acompanhado com o boleto bancário FEBRABAN (com código de barras), e QR Code, conforme convênio do Instituto com a instituição financeira (Caixa/BB);

5.2.6.3. A G.I.R.S confeccionadas deverá apresentar além das informações exigidas no **item 5.2.6**, lista dos servidores que foram referência para confecção, e deverá conter informações de matrícula, nome, valor bruto, base previdência, valor patronal, valor segurado e totalização;

5.2.6.4. A confecção de G.I.R.S deverá ser automatizada, atendendo a importação do arquivo XML no módulo de contribuições;

5.2.6.5. Relatórios de G.I.R.S por competência ou períodos;

5.2.6.6. Extrato de G.I.R.S por totalização/folha bruta/listagem completa/juros/multas/etc.;

5.2.7. MÓDULO DE EMISSÃO DE C.T.C – CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: Emissão de C.T.C - Certidão de tempo de Serviço/Contribuição nos moldes da **Portaria Ministerial nº 1.467/2022**, e alterações posteriores, de forma avulsa, por parte do órgão Instituidor;

5.2.8. MÓDULO DE CADASTRO DE ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES: Cadastro de órgão que estarão vinculadas ao RPPS, com todas as informações institucionais (CNPJ, Endereço, CEP, etc.), assim como aquelas ao qual o servidor está cedido;

5.2.9. MÓDULO DE CADASTRO DE SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS: Cadastro de Secretarias, departamentos e/ou unidades orçamentárias, dos órgãos e entidades vinculadas ao RPPS para fins de emissão de relatórios, entre outros;

5.2.10. MÓDULO DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS: O sistema de gerenciamento Previdenciário deverá apresentar módulo de digitalização de imagens e documentos dos segurados para maior facilidade no cadastramento. A digitalização permitirá a substituição dos documentos em papel com o intuito de facilitar o acesso e a busca pelo sistema de informações dos segurados do Instituto.

5.2.11. MÓDULO DE CONFIGURAÇÃO DE PARÂMETROS DO SISTEMA: O sistema de gerenciamento Previdenciário deverá apresentar módulo de parâmetros. Neste módulo será possível lançar informações da autarquia, para que a mesma saia com identificação nos relatórios emitidos no sistema, exemplo: nome da autarquia, estado da confederação, brasão, CNPJ, entre outros.

5.2.12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA HABILITAÇÃO DO CERTAME DO SOFTWARE PREVIDENCIÁRIO (ITEM 5.2):

5.2.12.1. As empresas interessadas em participar do certame, deverão comprovar a Eficiência do software previdenciária e qualificação técnico-profissional da equipe que prestará o suporte, este devendo obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.2.12.2. No mínimo 03 (três) Atestados de Capacidade Técnico-Operacional do Software Web, em nome da Licitante, contendo a descrição dos serviços descritos no item 5.2 deste ETP, atestando que o sistema web está em funcionamento/uso a pelo menos 01 (um) ano, prazo este compatível ao pretendido na contratação. **Os atestados deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente e Diretor de Benefício/Financeiro da Unidade Gestora (RPPS), e deverá ser emitido por um RPPS que já realizou a reforma previdenciária local, compatível com a Emenda Constitucional nº 103/2019.**

5.2.12.3. No mínimo 03 (três) Declarações/atestados de Capacidade Técnico-Profissional, em nome dos Técnicos da Licitante. Estes deverão comprovar possuir conhecimento das regras de aposentadorias e pensão por morte, previstas no art. 40 da C.F, EC nº 20/98, EC nº 41/03, EC nº 47/05, EC nº 70/12, EC nº 88/15 e EC 103/2019, além de comprovar experiência de serviços de suporte técnico, treinamento e atendimento a servidores/segurados do RPPS, através de apresentações das Simulações e Cálculo de Benefícios Previdenciários, emitidos pelo sistema da Licitante. **As declarações deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente e Diretor de Benefício/Financeiro da Unidade Gestora (RPPS), no qual a Licitante presta/prestou o serviço de cessão de software com prazo de execução compatível ao prazo pretendido, e deverá ser emitido por um RPPS que já realizou a reforma previdenciária local, compatível com a Emenda Constitucional nº 103/2019.**

5.2.12.4. O Instituto de Previdência Própria de Vale do Paraíso, através de Comissão ou autoridade superior da autarquia, em qualquer fase da licitação, poderá realizar diligência em RPPS os quais a Licitante prestou ou presta serviços relacionado ao objeto, para esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme previsto no §2º do art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, sujeitando a Licitante às penalidades previstas em lei, caso apresente informações inverídicas.

5.2.12.5. Documentos como **cópia de Contrato, empenho, Leis da Reforma Municipal compatível com a EC 103/2019, entre outros documentos relacionados ao ITEM 5.2** deste ETP, poderão ser solicitados pela diretoria do Instituto a Licitante para comprovação dos serviços.

5.2.12.6. O Instituto de Previdência para fins de contratação, **realizará juntamente com a empresa habilitada do certame, teste de aptidão do software previdenciário, onde a diretoria executiva do Instituto, verificará as funcionalidades do sistema**, ou poderá solicitar relatórios emitidos do software da Licitante, com intuito de verificação dos cálculos/simulações nos termos das legislações vigentes e após este, emitirá termo de aceitação ou não, quanto à compatibilidade da contratação da ferramenta pretendida.

5.2.12.7. O prazo de teste de aptidão do sistema será realizado em até 10 (dez) dias corridos, após notificação enviada a empresa habilitada, que deverá realizar o teste nas dependências do Instituto, em visita *in loco*, através de seu representante. Em hipótese alguma haverá prorrogação do prazo estipulado. O teste de aptidão do sistema será realizado pelo Consultor Previdenciário indicado no item 5.1.32.2 deste ETP. Em hipótese alguma será por outro profissional indicado.

5.2.12.8. Caso a diretoria executiva do Instituto não aprove o software apresentado, o Presidente encaminhará memorando ao setor da CPL, informando que a empresa habilitada não atende as especificações exigidas no ETP, e solicitará ao setor que convoque as remanescentes, para que, caso queiram, realize os procedimentos necessários para apresentação do software e em seguida, caso seja habilitada, assinatura do contrato.

5.2.12.9. Após assinatura do contrato, as atividades em partes, poderão ser desenvolvidas na sede do contratado, comprometendo-se o mesmo a comparecer obrigatoriamente na sede do Instituto pelo menos 01 (um) vez ao mês, através de visita, *in loco*, ou quando necessário, e em horário comercial, com carga horária de 08 (oito) horas, para atendimento do objeto desta licitação, para prestar suporte técnico, devendo ainda manter contato *on-line*, visando à perfeição dos serviços contratados.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.2.12.10. Toda a estrutura e material necessários à perfeita execução dos serviços serão fornecidos pelo contratado, inclusive despesas com locomoção, hospedagem e alimentação da equipe técnica.

5.2.12.11. A empresa vencedora do certame deverá prestar treinamento e suporte técnico do sistema, quando solicitado, independente da visita obrigatória prevista no **item 5.2.12.9**;

5.2.12.12. O treinamento a ser prestado será aos funcionários do setor, para desenvolvimento normal do Instituto, e será realizado nas dependências do Instituto em horário comercial após a ordem de serviço;

5.2.12.13. A Licitante deverá prestar suporte técnico com mão de obra técnica para solucionar os problemas de manutenção do Instituto, independente de jornada de trabalho;

5.2.12.14. Após todos os testes, será emitido ordem de serviço, com prazo de 10 (dez) dias corridos para instalar, importar/migrar todos os dados existentes do Instituto ao software de gerenciamento previdenciário da Licitante. **O novo software previdenciário deverá emitir todos as planilhas de simulações e cenários das aposentadorias e/ou pensão previstas na Lei Complementar nº 1, de 1 de julho de 2024, assim como atender os modelos/formulários exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.**

5.2.12.15. Haverá dilação do prazo previsto no item anterior uma única vez, caso a Licitante não consiga realizar as importações/migração do banco de dados do IPMVP com a apresentação dos cálculos no prazo previsto, o Presidente encaminhará memorando ao setor da CPL, informando que a empresa habilitada não atende as especificações exigidas no ETP, e solicitará ao setor que convoque as remanescentes, para que, caso queiram, realize os procedimentos necessários para apresentação do software e em seguida, caso seja habilitada, assinatura do contrato.

5.2.12.16. Todos os trabalhos mencionados no **item 5.2** terão que ser realizados nas dependências do Instituto em horário comercial, e após instalação e importação, a empresa vencedora terá que dar treinamento aos funcionários do setor;

5.2.12.17. O Contratado não poderá, após a implantação no ambiente de produção, restringir ou limitar qualquer acesso por parte da Contratante ao sistema, tampouco impedir a extração por qualquer meio das informações ali inseridas, cuja propriedade é do Instituto de Previdência do Município de Vale do Paraíso/RO.

5.2.12.18. Os documentos dos representantes da Licitante apresentado no momento da habilitação da licitação, serão dos responsáveis que darão suporte técnico para o Instituto. Não será aceito visita de outro representante que não seja os que serviram para a habilitação da Contratada, exceto se o novo indicado possuir as mesmas qualificações Técnicos-Profissionais exigidas nos **itens 5.2.12.2 e 5.2.12.3** deste ETP.

5.2.12.19. Caso a Licitante queira substituir o representante indicado na habilitação do certame, terá de encaminhar os documentos exigidos nos **itens 5.2.12.2 e 5.2.12.3** deste ETP, no prazo de 05 (cinco) dias corridos antes da visita marcada pela Instituto para aferição por parte da Diretoria do Instituto, para comprovar sua qualificação Técnico-Profissional.

5.2.12.19. A Licitante deverá comprovar vínculo com o técnico que fará as visitas no Instituto, apresentando no mínimo 01 (um) dos documentos relacionados a seguir:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

b) Contrato de Prestação de Serviços, em vigor;

c) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

5.3. (ITEM 03) CONSULTORIA ATUARIAL MENSAL COM ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS ATUARIAIS E RELATÓRIO DE ADERÊNCIA DAS HIPÓTESES ATUARIAIS:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.3.1. A Licitante deverá prestar serviços de consultoria atuarial, com periodicidade mensal, à equipe da Diretoria Executiva do IPMVP, bem como aos órgãos aos quais o RPPS está vinculado por força de lei. Os serviços prestados pela Licitante incluirão: **Elaboração do relatório da avaliação atuarial anual; elaboração de relatório de gestão atuarial para o Pró-Gestão; elaboração de estudos atuariais; elaboração de relatório de análise das hipóteses** quando exigidos pelo Ministério da Previdência Social, e ainda, prestar suporte técnico virtual e presencial com a realização de 01(um) visita técnica semestral *in loco* na sede do município, ou quando necessário.

5.3.1.1. **Elaboração da Avaliação Atuarial Anual**, o atuário representante da Licitante, terá por objetivo, mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo plano previdenciário, previstos nas leis do IPMVP, avaliando o histórico e a evolução da entidade como um todo.

5.3.1.2. Deverá apresentar o Plano de Custeio, ou seja, demonstrar a melhor forma de custear os benefícios oferecidos pelo Plano de Benefício e a taxa de administração, representada pelas alíquotas de contribuição previdenciária a serem pagas pelo Ente Federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas ao respectivo RPPS e aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar.

5.3.1.3. Considerar legislação vigente de caráter normativo geral ou local que defina os benefícios oferecidos, as regras de concessão e o custeio desses benefícios. Constituição Federal, especialmente o art. 40 e ECs 20, 41, 47, 70, 88 e 103/19, a Lei nº 9.717, de 27/11/98, Portaria MTP Nº 1467/22 e alterações posteriores.

5.3.1.4. Apresentar o Estudo das Hipóteses: conjunto de valores esperados para as variáveis de influência no plano de benefícios (crescimento real dos salários nas carreiras, dos benefícios, taxa de juros etc.).

5.3.1.5. Realização da Reavaliação Atuarial, com data base em 31/12 de cada exercício, conforme exigências da Portaria MTP Nº 1467, de 02 de junho de 2022 e alterações posteriores.

5.3.1.6. Apresentar a Projeção Atuarial, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal nos termos do art. 53, §1º, inciso II.

5.3.1.7. Emissão do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial –DRAA.

5.3.1.8. Elaboração do Projeto de Lei, visando à modificação de custeio da Previdência Municipal caso necessário.

5.3.1.9. Alimentação das informações junto ao sistema CADPREV-MPAS.

5.3.1.10. Contabilização das provisões matemáticas.

5.3.1.11. Comparativo entre as 03 (três) últimas avaliações atuariais.

5.3.1.12. Elaboração da Nota Técnica Atuarial.

5.3.1.13. Cálculo das reservas matemáticas e das alíquotas previdenciárias.

5.3.2. **Estudo de Impacto financeiro e atuarial**, este quando solicitado pelo IPMVP, realizar em decorrência de eventuais alteração da norma local ou em simulações em razão de ocorrências que possam interferir no resultado do cálculo atuarial do exercício seguinte, como por exemplo: Vinculação de imposto de renda dos aposentados e pensionistas de modo a reduzir o passivo atuarial; inclusão de contribuição patronal sobre a folha dos aposentados e pensionistas; inclusão de verbas transitórias na base de cálculo previdenciária; aprovação de planos de carreira que afetem o crescimento real dos salários dos segurados do RPPS; eventuais estudos técnicos comparativos entre RGPS/INSS e RPPS, e/ou outros eventos similares que ocasionem alteração do resultado atuarial do regime próprio do município de Vale do Paraíso.

5.3.3. **Relatório de Gestão Atuarial**, este quando solicitado pelo IPMVP, deverá apresentar o que se exige no Manual do Pró-Gestão RPPS, contemplando a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, conforme disciplina as Portarias MPS nº 185/2015, Portaria MF nº 577/2017, e suas alterações.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.3.4. Relatório de Análise das Hipóteses, este quando solicitado pelo IPMVP, deverá apresentar os parâmetros necessários a adequação as características da massa de benefício do regime, conforme exigido na Portaria MPT 1467/2022, e suas alterações. O presente relatório tem como objetivo apresentar os resultados dos estudos e testes de aderência realizados, de forma a indicar as hipóteses atuariais mais adequadas para a mensuração do passivo atuarial do RPPS.

5.3.5. Os serviços serão compostos das etapas descritas a seguir:

5.3.5.1. Coleta dos dados cadastrais dos servidores vinculados ao Instituto de Previdência de Vale do Paraíso, *in loco* na sede do Instituto;

5.3.5.2. Levantamento e Desenvolvimento Preliminares:

5.3.5.3. Crítica e elaboração de relatório de inconsistência do banco de dados cadastrais, dos segurados abrangidos no levantamento de dados.

5.3.5.4. Análise e otimização das inconsistências apresentadas.

5.3.5.5. Desenvolvimento dos relatórios previstos no item 5.3 para determinação dos benefícios previsíveis, previamente determinados.

5.3.5.6. Determinação dos recursos eventualmente demandados pelo plano, visando à cobertura dos riscos eminentes e do passivo atuarial referentes aos inativos e pensionistas, se houver.

5.3.5.7. Determinação do prazo de amortização em relação ao passivo atuarial (custo especial do plano), eventualmente necessários para constituição das reservas matemáticas para cobertura dos riscos eminentes e do passivo atuarial.

5.3.5.8. **A apresentação dos relatórios previstos no item 5.3.1 será *in loco*, na sede do município de Vale do Paraíso**, quantas vezes forem necessários, independentemente das exigidas no item 5.3.1 aos membros dos Conselhos deliberativo e Fiscal, Comitê de investimentos, assessores designados pelo executivo municipal, vereadores e demais interessados do município.

5.3.5.9. Todo o levantamento de dados/informações que servirão de base para a elaboração dos relatórios previstos no item 5.3.1, será levantado na sede da Autarquia Municipal (IPMVP) pela Licitante em visita *in loco*. Nenhuma informação inicial será enviada através de telefone, fax e/ou correio eletrônico.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA HABILITAÇÃO DO CERTAME (ITEM 5.3):

6.1. A Licitante deverá apresentar:

6.1.1. No mínimo 01 (um) Atestados/Declarações de Capacidade Técnico-Operacional em nome da Licitante, expedido por instituições de direito público ou privado, devidamente registrada na entidade profissional, que contenha a descrição dos serviços descritos no **item 5.3** deste Termo de Referência. **Os atestados/declaração deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente do RPPS.**

6.1.2. Apresentar no mínimo 03 (três) Atestados/Declarações Técnico-Profissional fornecido por RPPS, comprovando que o Consultor Previdenciário já realizou apresentação de estudo de avaliação atuariais anual. O Consultor Previdenciário ficará responsável pelo a apresentação dos estudos descritos no item 5.3 deste Termo de Referência. **Os atestados/declaração deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente do RPPS.**

6.1.3. **Apresentar documentação de no mínimo 01 (um) Técnico Atuário**, com formação acadêmica de nível superior em Ciências Atuariais e que tenha registro profissional, emitido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, **sendo**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

esse registro, que se refere o artigo 2º, Decreto-lei Nº 806, de 04 de setembro de 1969, art 11 do Decreto nº 66408 de 03 de abril de 1970 e art 2º inciso V. da Portaria MTP Nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

a) Apresentar declaração, emitida por seu atuário constituído, na qual este afirme ser o representante legal da empresa para todos os fins e efeitos, inclusive para o presente processo licitatório.

b) O Atuário constituído, deverá apresentar Declaração de que não existe situação de conflito de interesses, em conformidade com a Lei nº 12.813/2013, para garantir a lisura na parceria com a empresa privada, conforme detalhado no item 7 deste termo.

6.1.4. Documentos como cópia de Contrato, empenho, entre outros, poderão ser solicitados pela Diretoria do Instituto, para comprovação do desempenho anterior de atividade igual ao objeto da licitação.

6.1.5. Os Atestados/Declarações Técnico-Operacional e Técnico-Profissional apresentados, estarão sujeitos a diligência para confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade, conforme previsto no §2º do art. 42 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei, caso ateste informações inverídicas.

6.1.6. A Licitante deverá comprovar vínculo com o responsável pela execução do serviço previsto no **item 5.3**, apresentando no mínimo 01 (um) dos documentos relacionados a seguir:

a. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

b. Contrato de Prestação de Serviços, em vigor;

c. Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

7. VEDAÇÕES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS E DEMAIS ESCLARECIMENTOS:

7.1. De acordo com a Controladoria Geral da União, a integridade pública busca priorizar o interesse público sobre os interesses privados. Para o interesse público prevalecer, situações em que haja conflito de interesses devem ser combatidas.

7.2. Agentes públicos também podem exercer atividades remuneradas no setor privado, a exemplo de professores. A duplicidade de funções, a princípio, não constitui ilícito. No entanto, para conciliar as atividades é necessário conhecer bem os limites impostos à atuação nas áreas pública e privada.

7.3. A **Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013**, o qual trata de **Conflito de Interesses**, é que define as situações que configuram esse tipo de conflito durante e após o exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal. A situação é caracterizada quando o confronto entre público e privado implica prejuízo para o interesse coletivo ou para o desempenho da função pública. E pode haver conflito mesmo que não haja dano ao patrimônio público ou ganho financeiro decorrente da atividade privada. De acordo com o art. 3º, inciso I da Lei nº 12.813/13, um conflito de interesses surge quando um interesse privado do agente público pode influenciar de forma indevida o desempenho de sua função pública ou comprometer o interesse coletivo. Considerando esse conceito geral, a Lei enumera situações que podem configurar conflito de interesses enquanto no exercício de cargo ou emprego público (art. 5º, Lei nº 12.813/13):

Art. 2º Submetem-se ao regime desta Lei os ocupantes dos seguintes cargos e empregos:

I - De ministro de Estado;

II - De natureza especial ou equivalentes;

III - De presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

IV - Do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6 e 5 ou equivalentes.

Parágrafo único. Além dos agentes públicos mencionados nos incisos I a IV, sujeitam-se ao disposto nesta Lei os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro, conforme definido em regulamento.

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - Divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas;

II - Exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - Atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - Praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - Receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e (Regulamento)

VII - Prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento.

7.4. Dessa forma, é crucial garantir a lisura e a integridade na execução do contrato com o IPMVP. Para tanto, em consonância com o **art. 14 da Lei 14.133/2021**, é imperativo que este Instituto averigue rigorosamente se os prestadores de serviços indicados nos **itens 5.1.32, 5.2.12 e 6** deste termo atendem plenamente aos requisitos legais, especialmente no que tange às vedações de participação em licitações e contratos. Essa verificação, essencial para a prevenção de conflitos de interesses e a salvaguarda dos princípios da impessoalidade, da probidade administrativa e da moralidade, deve ser comunicada de forma clara e transparente pelos interessados, este devendo observar o que dispõe a lei:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

7.4. Assim, **apuradas situações que configurem conflito de interesses** estipuladas pela Lei nº 12.813/2013, ou seja, havendo incompatibilidade decorrente da impossibilidade de exercício concomitante e pleno do cargo ou emprego público e de determinada atividade privada, a licitante será desclassificada do processo licitatório pertinente. **Essa incompatibilidade se manifesta quando o agente público não pode exercer plenamente suas funções na Administração Pública sem que suas atividades privadas sejam prejudicadas, e vice-versa. A desclassificação em razão de conflito de interesses visa proteger o interesse público, prevenindo que interesses privados influenciem indevidamente o processo licitatório. É crucial garantir que a escolha da melhor proposta seja baseada em critérios objetivos, sem a interferência de interesses particulares que possam comprometer a isonomia e a competitividade da licitação.**

7.5. Além disso, neste certame será aplicado o disposto nos §§2º e 3º do art. 3º da Lei 8.248 de 21/10/1991 c/c com o Artigo 1º da Lei 10.520/2002, que assim dispõe:

Lei 8248/91.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

Art. 3º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto ou indireto da União darão preferência, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação, observada a seguinte ordem, a:

I - Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;

II - Bens e serviços produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Legislativo.

§ 1º. Revogado

§ 2º. Para o exercício desta preferência, levar-se-ão em conta condições equivalentes de prazo de entrega, suporte de serviços, qualidade, padronização, compatibilidade e especificação de desempenho e preço.

§ 3º. A aquisição de bens e serviços de informática e automação, considerados como bens e serviços comuns nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, poderá ser realizada na modalidade pregão, restrita às empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico nos termos desta Lei e da Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Lei 10.520/02

Art. 1º. Para aquisição de bens e **serviços comuns**, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, **aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.**

7.6. Nesse sentido foi possível definir os padrões de desempenho que deverão possuir os serviços a serem contratados, bem como definir a qualidade de funcionamento, o prazo de entrega, a especificação dos serviços de suporte técnico especializado, a padronização da legislação aplicável, bem como a especificação de cada tipo de serviços a serem contratados.

8 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

8.1 - Contratação de uma empresa especializada na Prestação de serviços de Assessoria Técnica Especializada ao Instituto de Previdência do Município Vale do Paraíso contemplando as áreas previdenciária, administrativa e atuarial, além daquelas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO. Estima-se que a quantidade a ser contratada será mensal, por se tratar de serviços continuados;

8.2 – Detalhamento da quantidade a ser contratada:

Item	Descrição:	Unidade	Quantidade
01	Contratação de empresa qualificada para prestar serviços técnicos específicos para RPPS no âmbito da administração pública municipal de assessoria previdenciária; de assessoria na concessão de benefícios e compensação previdenciária; de estudos, planejamento e realizações de eventos relacionados à RPPS (palestra), estes com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário; de cessão de direitos de uso de software de sistema de gerenciamento para Regime Próprio de Previdência Social 100% (cem por cento) WEB, com emissão de guia com código de barras, incluindo a sua instalação, importação/migração de todos os dados existentes, bem como serviços de manutenção, suporte, atualização e capacitação da equipe	Meses	12





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

	do Instituto, estes com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário e; de consultoria atuarial mensal com elaboração de relatório da avaliação atuarial anual, elaboração de relatório de gestão atuarial, elaboração de estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais, com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica semestral in loco, ou quando necessário.		
--	--	--	--

9 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

9.1. O objeto da licitação trata-se de serviço comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser aferido por especificações usuais de mercado, sendo uma contratação corriqueira na Administração Pública.

9.2. Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

9.3. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. **Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.** Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

9.4. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

9.5. É sabido que a Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Direta ou da Execução Indireta.

9.6. O critério de julgamento para a contratação será o de **concorrência tipo técnica e preço, conforme art. 6º, inciso XXXVIII, alínea c, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.**

9.7. A rotina administrativa e a estrutura física de cada ente governamental, bem como, o quantitativo a ser consumido, impactarão diretamente na modalidade licitatória a ser adotada para aquisição.

9.8. A contratação dos objetos ora pretendidos será feita mediante Licitação Eletrônica, e a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o **art. 17 da Lei nº 14.133/21.**

10 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor da contratação assim como o valor unitário dos itens está disposto no Documento de Balizamento do Processo.

11 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

11.1. O Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, dentre outros, traz algumas vantagens para administração pública como maior transparência das contratações de prestadores de serviços que atendem os municípios de Rondônia, nos dando a possibilidade de identificar serviços de qualidade com preços que possibilitem atender órgãos de pequeno, médio e grande porte.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

11.2. Diante das alternativas apresentadas, que melhor atende as necessidades da administração é os serviços técnicos específicos para RPPS no âmbito da administração pública municipal de assessoria previdenciária; de assessoria na concessão de benefícios e compensação previdenciária; de estudos, planejamento e realizações de eventos relacionados à RPPS (palestra); de cessão de direitos de uso de software de sistema de gerenciamento para Regime Próprio de Previdência Social 100% (cem por cento) WEB e; de consultoria atuarial mensal com elaboração de relatório da avaliação atuarial anual, elaboração de relatório de gestão atuarial, elaboração de estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais.

11.3. A Contratada fica obrigada a realizar todas as etapas descritas no requisito de contratações, pois o não cumprimento sujeitará sanções administrativas e inexecução total ou parcial constitui motivos para rescisão contratual

12. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO DOS ITENS

12.1 Os serviços contratados deverão ser totalmente orientados à administração pública, **focado na gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)**. Deverão atender a todas as exigências da legislação vigente, contendo todas as informações necessárias a atender o funcionamento do Instituto e as exigências Previdenciárias legais tanto da Secretaria de Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, bem como dos órgãos públicos com que estiver relacionado por força de lei. Os serviços oferecidos deverão atender às necessidades Previstas no presente Termo de Referência, bem como no Edital de Licitação.

12.2. Por se tratar de objeto de muita complexidade, onde as etapas de contratação de seus itens são interdependentes, não se faz possível à atuação de mais de um fornecedor em um mesmo item/lote, devendo ser um único fornecedor capaz de entregar todos os serviços pertencentes a cada item.

12.3. A opção pelo não parcelamento dos itens, como comprovado por este instituto em outros certames licitados, se mostra técnica e economicamente viável, pois compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da contratação mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existente já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação.

12.4. Não parcelar a solução, mostra-se como a única viável técnica e economicamente. A contratação engloba serviços técnicos específicos para o RPPS, incluindo assessoria previdenciária, concessão de benefícios, compensação previdenciária, estudos, planejamento e realização de eventos, cessão de software de gerenciamento 100% web e consultoria atuarial mensal com relatórios de avaliação atuarial anual, gestão atuarial, estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais. Visando o menor dispêndio de recursos com a máxima qualidade, a solução mais adequada e eficiente foi definida já na concepção do objeto e das condições da contratação. O fracionamento do objeto licitado se mostra contrário ao interesse público, uma vez que a contratação unificada garante maior economicidade. O objetivo principal é a consultoria continuada, com ferramentas tecnológicas como instrumentos de apoio. A busca não se limita a um software, mas a uma consultoria que auxilie o IPMVP em suas atividades diárias. **A unificação dos serviços em um único lote/item, portanto, gera economia, em consonância com o posicionamento do Tribunal de Contas da União, expresso na Súmula 247, que dispõe:**

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

12.5. Verifica-se, então, que a lei geral de licitações e a súmula da Corte Federal de Contas são assertivas quanto à regra do parcelamento do objeto contratual. Todavia, é importante avaliar se existe o devido equilíbrio entre a ampla participação e a viabilidade da execução dos serviços, de modo que a contratação alcance a finalidade pública primária.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

12.6. Nesse sentido foi o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, exarado no **processo nº. 0852/2017/TCE-RO**, em que considerou legal o regime de execução dos serviços por preço global, em detrimento da divisão, que a princípio poderia ser em 7 (sete) lotes. Nos autos do referido processo, analisou-se o edital de licitação da Concorrência n. 001/2017/CPF/ALE/RO, deflagrada pela Assembleia Legislativa de Rondônia, para contratação de serviços de implementação de Datacenter, conectividade, telefonia, rede, sistemas de áudio e vídeo, segurança e serviços de infraestrutura de TI. O arrazoado do Parquet de Contas, no Parecer n. 0339/2017-GPYFM, que orientou o Acórdão AC1-TC 01679/17 (ID 504472), referente ao Processo n. 0852/2017/TCERO, foi da seguinte decisão:

“Sobre esse tema, a unidade técnica argumenta em sua mais recente análise que tanto uma decisão favorável quanto desfavorável ao parcelamento “deve ser sempre precedida de justificativa para a conduta adotada”, concluindo que a ALE/RO “apresentou documentos e argumentos adequados e suficientes para justificar sua opção por não parcelar objeto”. Foram citados acórdãos do TCU, dos quais faço destaque abaixo, cujos entendimentos externados indicam a necessidade de caso a caso, haver justificativa quanto à forma eleita. **A questão da viabilidade do fracionamento (sic) deve ser decidida com base em cada caso**, pois cada obra tem as suas especificidades, **devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto**. (Acórdão nº 732/TCU). Corroboro o entendimento técnico no sentido de que a aplicação do §1º, do art. 23, da Lei Geral de Licitações não se faz em tese, mas em concreto. O dispositivo legal exige para divisão em lotes que haja comprovação da viabilidade técnica e econômica; tem que visar ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a ampliação da competitividade e **não pode haver perda da economia de escala**. Como se vê, sem avaliar as nuances de um caso em concreto não há como se estabelecer a solução legal de dividir ou não dividir o objeto em lotes. No presente caso não podemos nos esquecer de que o objeto é a construção de um Data Center, de alta tecnologia envolvida, no qual uma fase de execução depende direta ou indiretamente do sucesso da outra fase, e será executado no Estado de Rondônia, onde o domínio das tecnologias exigíveis pode ser restrito. Uma licitação conforme sugerida, de 7 (sete) lotes distintos, resultaria em provável problema na execução do objeto, haja vista que muitos atos praticados teriam que obter pleno sucesso em tempo cronometrado para resultar numa execução sem atrasos, desencontros de cronogramas, dificuldades na interação dos sistemas. Como bem disse a unidade técnica acolhendo argumentos da defesa: **a fragmentação do projeto em várias disciplinas aumentaria o risco de incompatibilidade e as várias disciplinas aumentaria o risco de incompatibilidade e falta de integração dos subsistemas que compõem a solução**”. [grifo]

12.7. No caso citado acima, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia reputou o entendimento do Acórdão nº. 732/2008-TCU, sob o aspecto da necessidade de análise do caso concreto na escolha do parcelamento, ou não, do objeto da licitação. Portanto, o mesmo tratamento pode ser aplicado à contratação pretendida nesse Termo de Referência. Ainda que, a princípio, o objeto pretendido pudesse ser dividido em itens distintos, **ficou demonstrado em certames anteriores** que o objeto dividido em três itens (ao menos) custaria mais caro aos cofres públicos. **Isso descarta a possibilidade de que a contratação dos serviços em um único item/lote não atende o princípio da economicidade**.

12.8. Desse modo, conforme o **artigo 23 da lei 14.133/22** e considerando o princípio da economicidade e proposta mais vantajosa para Administração pública, seguindo o Acórdão TCU n. 1.785/2013 o qual vincula administração a obter olhar crítico quanto a pesquisa de preço. Seguindo as informações da Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, que delimita em seu §4º do artigo 6º que **“os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados”**.

12.9. Diante do exposto, a opção pela contratação unificada do objeto, em detrimento do parcelamento, se mostra como a solução mais vantajosa para a Administração Pública, sob os aspectos técnico, econômico e da eficiência. A complexidade e interdependência dos serviços, a experiência de RPPS deste estado em licitações anteriores, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e a busca pela economicidade, em consonância com a Lei nº 14.133/2022 e a jurisprudência do TCU, justificam a adoção do regime de execução por preço global, garantindo a obtenção da solução mais adequada e eficiente para atender às necessidades do IPMVP.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

13 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

13.2. Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

13.3. Cumprimento eficiente de prazos, assegurando a regularidade e pontualidade nas obrigações em que o município estiver envolvido.

13.4. A contratada deverá manter sempre informada dos resultados previstas na execução do serviço e manter sigilo absoluto dos dados coletados no município, dando destino exclusivo com base para os cálculos previdenciários e atuariais.

13.5. A contratação do serviço pelo recurso da dispensa de licitação, mediante regular e adequado procedimento licitatório, propiciará economicidade a Administração em virtude da aquisição pelo menor valor em comparação aos praticados no mercado.

14 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

14.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que aborda a instrução normativa SCI nº 03/2017 que disciplina os procedimentos para fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Poder Público Municipal e o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133/21. Nossos servidores responsáveis por supervisionar a contratada são:

1. Gestor: Superintendente do IPMVP
2. Fiscal de Contrato: Será nomeado após licitação

15 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

15.1 - Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

15.2 - Dessa forma, não há serviços correlatos nem interdependentes para a perfeita execução desta contratação.

16 – IMPACTOS AMBIENTAIS

16.2. - Considerando a natureza do objeto, a contratação em questão não causa nenhum impacto ambiental durante a execução dos serviços contratados.

17 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

17.1 Declaro **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o §1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e o art. 7º, inciso XIII, da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Vale do Paraíso/RO, 28 de abril de 2025.

RESPONSÁVEL POR ELABORAR O ETP

Marcelo Juraci da Silva
Presidente do IPMVP





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

TERMO DE REFERÊNCIA
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

1. INTRODUÇÃO:

- 1.1. O presente Termo de Referência visa subsidiar a contratação de empresa para prestação continuada de assessoria técnica especializada ao RPPS - Regime Próprio de Previdência Social;
- 1.2. O intuito da contratação é manter no RPPS empresa especializada para contínuo aperfeiçoamento da legislação e normativas previdenciárias locais, dos processos administrativos, de benefícios e recursos humanos, além de assegurar continuamente o acesso a consultores especialistas em gestão e assuntos técnicos e jurídicos por meio de capacitações em temas relevantes ao funcionamento diário do IPMVP;
- 1.3. A contratação visa também a consultoria para a implementação e manutenção das ações do Plano de Ação exigido pelo TCE/RO, visando obter-se maior qualidade nas atividades da Autarquia, trazendo aperfeiçoamento dos processos, das atividades de controle interno e ouvidoria, dos planejamentos estratégicos e da disseminação da cultura previdenciária;
- 1.4. Além de toda a consultoria, pretende-se manter continuamente o aperfeiçoamento dos segurados, dos servidores da instituição, dos gestores, conselheiros e membros do comitê de investimentos, visando a disseminação da cultura previdenciária, o treinamento técnico da equipe e facilitação na obtenção da certificação profissional exigida pelo art. 8º-B da Lei Federal n.º 9.717/98;
- 1.5. Também, pretende-se a implementação do programa preparatório para a aposentadoria, por meio de palestras e encontros com os segurados do RPPS, que terão melhor amparo, antes da concessão do seu benefício;
- 1.6. Objetivo é obter segurança no atendimento de consultores especialistas para assuntos que envolvem a gestão do Regime Próprio, evitando-se decisões contrárias ao bom desenvolvimento das atividades e eventuais equívocos da administração na condução e fortalecimento da Administração, além de contínua capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos com o RPPS;
- 1.7. Por isso, a contratação de empresa especializada em gestão de RPPS permitirá a contínua atualização do conhecimento do seu corpo diretivo e operacional, além de atender as necessidades locais e as diversas normativas nacionais, revisando e atualizando continuamente as leis, resoluções e demais normativas existentes no município.

2. OBJETO:

- 2.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa qualificada para prestar serviços técnicos específicos para RPPS no âmbito da administração pública municipal de **assessoria previdenciária; de assessoria na concessão de benefícios e compensação previdenciária; de estudos, planejamento e realizações de eventos relacionados à RPPS (palestra), estes com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário; de cessão de direitos de uso de software de sistema de gerenciamento para Regime Próprio de Previdência Social 100% (cem por cento) WEB, com emissão de guia com código de barras, incluindo a sua instalação, importação/migração de todos os dados existentes, bem como serviços de manutenção, suporte, atualização e capacitação da equipe do Instituto, estes com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário e; de consultoria atuarial mensal com elaboração de relatório da avaliação atuarial anual, elaboração de relatório de gestão atuarial, elaboração de estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais, com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário.**

- 2.2. A especificação completa do objeto pretendido encontra-se detalhada no **item 5** do presente Termo de Referência.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Considerando a necessidade de transparência, segurança, confiabilidade, solvência e liquidez do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Vale do Paraíso - IPMVP, em atendimento às exigências contidas no art. 40 da CF e respectivas Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/03, 47/05, 70/12, 88/15 e 103/2019, bem como na Lei Complementar 101/00 e Portaria MTP Nº 1467, de 02 de junho de 2022 e suas alterações, Lei 9.717/98 e suas alterações, legislação municipal vigente.

3.2. Considerando que a prestação dos serviços ora descrita seja de caráter contínuo, sendo assim, imprescindível a contratação de empresa qualificada para prestar serviços técnicos de assessoria previdenciária; de assessoria na concessão de benefícios e compensação previdenciária; de estudos, planejamento e realizações de eventos relacionados à RPPS (palestra); de cessão de direitos de uso de software de sistema de gerenciamento para Regime Próprio de Previdência Social 100% (cem por cento) WEB e; de consultoria atuarial mensal com elaboração de relatório de avaliação atuarial anual, elaboração de relatório de gestão atuarial, elaboração de estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais, através de suporte técnico virtual e presencial, para o bom desenvolvimento dos serviços prestados pelo Instituto de Previdência de Vale do Paraíso, uma vez que através deles são mantidas todas as informações necessárias ao adequado gerenciamento e a boa administração dos benefícios sociais junto aos segurados do IPMVP.

3.3. O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Vale do Paraíso - IPMVP, identificou a necessidade de contratação de ferramenta e mão de obra específica para a manutenção dos processos de concessão de benefícios, bem como, para monitoração e controle dos benefícios concedidos. Os cálculos atuariais vêm demonstrando que a quantidade de segurados inativos tende a crescer, elevando a quantidade de benefícios concedidos. Tal fator demandará a necessidade de uma gestão mais completa referente à concessão de benefícios, de modo a automatizar processos e potencializar o grau de segurança das informações.

3.4. Considerando a complexidade dos trabalhos a serem realizados e a necessidade de que as atividades sejam executadas por empresa qualificada na elaboração dos procedimentos objeto do presente certame, não resta alternativa à autarquia previdenciária senão à contratação de empresa especializada na prestação dos serviços descritos no item 2 deste termo de referência.

3.5. Assim sendo, em respeito aos princípios que regem a Administração Pública direta e indireta, assim como o disposto na Lei nº 14.133/21, que as licitações serão processadas e julgadas na conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), entendemos por bem estarem devidamente justificadas as razões para a abertura de processo visando à aquisição dos serviços ora solicitados.

4. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

4.1. Para a definição da forma de licitação do objeto deste Termo de Referência levou-se em consideração a peculiaridade dos itens entre si, **visando proporcionar uma melhor dinâmica dos trabalhos e maior consistência das informações.**

4.2. Levará em consideração o levantamento de preço total por lote único com vários itens e um item único, **objetivando atingir maior economicidade ao Instituto de Previdência Própria – IPMVP.**





4.3. Neste contexto, será analisada a viabilidade de licitar o objeto por lotes com vários itens ou por item único. A escolha do modelo de licitação será definida após a análise dos preços ofertados pelas empresas interessadas.

Tabela – Objetos – ITEM ÚNICO

[illegible]

4.4. Os serviços contratados deverão ser totalmente orientados à administração pública, **focado na gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)**. Deverão atender a todas as exigências da legislação vigente, contendo todas as informações necessárias a atender o funcionamento do Instituto e as exigências Previdenciárias legais tanto da Secretaria de Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, bem como dos órgãos públicos com que estiver relacionado por força de lei. Os serviços oferecidos deverão atender às necessidades Previstas no presente Termo de Referência, bem como no Edital de Licitação.

4.5. Por se tratar de objeto de muita complexidade, onde as etapas de contratação de seus itens são interdependentes, não se faz possível à atuação de mais de um fornecedor em um mesmo item/lote, devendo ser um único fornecedor capaz de entregar todos os serviços pertencentes a cada item.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

4.6. A opção pelo não parcelamento dos itens, como comprovado por este instituto em outros certames licitados, se mostra técnica e economicamente viável, pois compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da contratação mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existente já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação.

4.7. A opção por não parcelar a solução, conforme justificado no item 10 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), mostra-se como a única viável técnica e economicamente. A contratação engloba serviços técnicos específicos para o RPPS, incluindo assessoria previdenciária, concessão de benefícios, compensação previdenciária, estudos, planejamento e realização de eventos, cessão de software de gerenciamento 100% web e consultoria atuarial mensal com relatórios de avaliação atuarial anual, gestão atuarial, estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais. Visando o menor dispêndio de recursos com a máxima qualidade, a solução mais adequada e eficiente foi definida já na concepção do objeto e das condições da contratação. O fracionamento do objeto licitado se mostra contrário ao interesse público, uma vez que a contratação unificada garante maior economicidade. O objetivo principal é a consultoria continuada, com ferramentas tecnológicas como instrumentos de apoio. A busca não se limita a um software, mas a uma consultoria que auxilie o IPMVP em suas atividades diárias. A unificação dos serviços em um único item/lote, portanto, gera economia, em consonância com o posicionamento do Tribunal de Contas da União, expresso na Súmula 247, que dispõe:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

4.8. Verifica-se, então, que a lei geral de licitações e a súmula da Corte Federal de Contas são assertivas quanto à regra do parcelamento do objeto contratual. Todavia, é importante avaliar se existe o devido equilíbrio entre a ampla participação e a viabilidade da execução dos serviços, de modo que a contratação alcance a finalidade pública primária.

4.9. Nesse sentido foi o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, exarado no **processo nº. 0852/2017/TCE-RO**, em que considerou legal o regime de execução dos serviços por preço global, em detrimento da divisão, que a princípio poderia ser em 7 (sete) lotes. Nos autos do referido processo, analisou-se o edital de licitação da Concorrência n. 001/2017/CPF/ALE/RO, deflagrada pela Assembleia Legislativa de Rondônia, para contratação de serviços de implementação de Datacenter, conectividade, telefonia, rede, sistemas de áudio e vídeo, segurança e serviços de infraestrutura de TI. O arrazoado do Parquet de Contas, no Parecer n. 0339/2017-GPYFM, que orientou o Acórdão AC1-TC 01679/17 (ID 504472), referente ao Processo n. 0852/2017/TCERO, foi da seguinte decisão:

“Sobre esse tema, a unidade técnica argumenta em sua mais recente análise que tanto uma decisão favorável quanto desfavorável ao parcelamento “deve ser sempre precedida de justificativa para a conduta adotada”, concluindo que a ALE/RO “apresentou documentos e argumentos adequados e suficientes para justificar sua opção por não parcelar objeto”. Foram citados acórdãos do TCU, dos quais faço destaque abaixo, cujos entendimentos externados indicam a necessidade de caso a caso, haver justificativa quanto à forma eleita. **A questão da viabilidade do fracionamento (sic) deve ser decidida com base em cada caso**, pois cada obra tem as suas especificidades, **devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto**. (Acórdão nº 732/TCU). Corroboro o entendimento técnico no sentido de que a aplicação do §1º, do art. 23, da Lei Geral de Licitações não se faz em tese, mas em concreto. O dispositivo legal exige para divisão em lotes que haja comprovação da viabilidade técnica e econômica; tem que visar ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a ampliação da competitividade e **não pode haver perda da economia de escala**. Como se vê, sem avaliar as nuances de um caso em concreto não há como se estabelecer a solução legal de dividir ou não dividir o objeto em lotes. No presente caso não podemos nos esquecer de que o objeto é a construção de um Data Center, de alta tecnologia envolvida, no qual uma fase de execução depende direta ou indiretamente do sucesso da outra fase, e será executado no Estado de Rondônia, onde o domínio das





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

tecnologias exigíveis pode ser restrito. Uma licitação conforme sugerido, de 7 (sete) lotes distintos, resultaria em provável problema na execução do objeto, haja vista que muitos atos praticados teriam que obter pleno sucesso em tempo cronometrado para resultar numa execução sem atrasos, desencontros de cronogramas, dificuldades na interação dos sistemas. Como bem disse a unidade técnica acolhendo argumentos da defesa: **a fragmentação do projeto em várias disciplinas aumentaria o risco de incompatibilidade e as várias disciplinas aumentaria o risco de incompatibilidade e falta de integração dos subsistemas que compõem a solução**”.

4.10. No caso citado acima, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia reputou o entendimento do Acórdão nº. 732/2008-TCU, sob o aspecto da necessidade de análise do caso concreto na escolha do parcelamento, ou não, do objeto da licitação. Portanto, o mesmo tratamento pode ser aplicado à contratação pretendida nesse Termo de Referência. Ainda que, a princípio, o objeto pretendido pudesse ser dividido em itens distintos, **ficou demonstrado em certames anteriores** que o objeto dividido em três itens (ao menos) custaria mais caro aos cofres públicos. **Isso descarta a possibilidade de que a contratação dos serviços em um único item/lote não atende o princípio da economicidade.**

4.11. Desse modo, conforme o **artigo 23 da lei 14.133/22** e considerando o princípio da economicidade e proposta mais vantajosa para Administração pública, seguindo o Acórdão TCU n. 1.785/2013 o qual vincula administração a obter olhar crítico quanto a pesquisa de preço. Seguindo as informações da Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, que delimita em seu parágrafo 4º do artigo 6º que **“os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados”**.

4.12. Diante do exposto, a opção pela contratação unificada do objeto, em detrimento do parcelamento, se mostra como a solução mais vantajosa para a Administração Pública, sob os aspectos técnico, econômico e da eficiência. A complexidade e interdependência dos serviços, a experiência em licitações anteriores, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e a busca pela economicidade, em consonância com a Lei nº 14.133/2022 e a jurisprudência do TCU, justificam a adoção do regime de execução por preço global, garantindo a obtenção da solução mais adequada e eficiente para atender às necessidades do IPMVP.

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS DOS SERVIÇOS:

5.1. (ITEM 01) Assessoria Previdenciária / Assessoria na Concessão de Benefícios e Compensação Previdenciária / Estudos, Planejamento e Realizações de Eventos Relacionados à RPPS (palestra):

5.1.1. Consultoria no acompanhamento da Legislação Federal pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social, com objetivo de manter a entidade autárquica (IPMVP) sempre atualizada com as novidades ocorridas neste campo;

5.1.2. Acompanhar e dar consultoria à Gestão de Benefícios do Instituto, fazendo análises da legislação previdenciária local e de acordo com dispositivos em conflito com a legislação previdenciária federal e/ou carentes de regulamentação para situações cotidianas vividas pela unidade gestora;

5.1.3. Consultoria na elaboração de pareceres, projetos de lei, decretos, portarias dentre outros atos administrativos que forem demandados, de acordo com a legislação e instruções do TCE/RO;

5.1.4. Consultoria necessária para solucionar os recursos interpostos contra o regime próprio de Previdência social em âmbito administrativo;

5.1.5. Elaboração de pareceres Técnicos/Previdenciários consultivos nos processos de aposentadoria e pensão, solicitados pelos segurados/dependentes do regime próprio de Previdência referente aos assuntos relacionados ao regime próprio de Previdência, quando solicitado pelo Instituto, com um prazo de 72 horas pós solicitado por via documento pelo IPMVP;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

- 5.1.6. Analisar e acompanhar às diligências oriundas do TCE/RO e do MPS, providenciando respostas, analisar e acompanhar defesas às Auditorias oriundas dos referidos órgãos, no quesito Previdenciário, quando solicitado pelo IPMVP.
- 5.1.7. Consultoria na análise do tempo de serviço prestado pelos segurados a outros regimes de Previdência (RGPS/RPPS);
- 5.1.8. Orientar a Diretoria Executiva quanto às normas atuais e novas orientações da Secretaria de Previdência Social e demais órgãos regulamentadores;
- 5.1.9. Acompanhar, diariamente, a Diretoria Executiva em quaisquer dúvidas que surgirem pertinentes a gestão, via contato telefônico ou por outro meio eletrônico (e-mail);
- 5.1.10. Consultoria no cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 9.717/98 e Portaria MPAS nº 1467/22 e alterações posteriores;
- 5.1.11. Consultoria no envio e acompanhamento nos Preenchimentos dos Demonstrativos Previdenciário, Comprovante de Repasse, DIPR (Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses/CADPREV), junto a Secretaria de Previdência Social;
- 5.1.12. Consultoria na elaboração/acompanhamento de Termo de Acordo de Parcelamentos e/ou Reparcimentos, quando houver, e documentos solicitado pelos integrantes da comissão do IPMVP;
- 5.1.13. Emissão de Parecer Técnico/Previdenciário consultivo da empresa ao IPMVP, para esclarecer assuntos específicos, quando solicitado, no prazo máximo de 72 horas quando solicitado;
- 5.1.14. Consultoria aos Conselhos do IPMVP, quando solicitado pelos colegiados;
- 5.1.15. Consultoria na elaboração de Cartilha para o IPMVP e atos normativos como resolução, instrução normativa e outros mecanismos legais de modo a atender o Plano de Ação do TCE/RO e/ou Pró-Gestão da SPREV;
- 5.1.16. Consultoria na fórmula dos cálculos dos benefícios a serem concedidos aos segurados/dependentes, bem como das revisões que porventura ocorrerem;
- 5.1.17. Consultoria e acompanhamento na instrução dos processos de aposentarias e pensões, solicitados pelos segurados/dependentes do Regime Próprio de Previdência;
- 5.1.18. Prestar Educação Previdenciária através de acompanhamento de Consultores da empresa em visitas às escolas do município de Vale do Paraíso, ou outros departamentos da administração pública e, realizar em conjunto com a diretoria executiva do IPMVP, Audiência Pública com objetivo de sanar dúvidas dos segurados sobre assuntos relacionados à RPPS;
- 5.1.19. Consultoria na realização de revisão de processos de aposentadorias e ou pensões à medida que forem exigidas novas normas pelo Ministério da Previdência, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e/ou Legislação Municipal;
- 5.1.20. Orientar quanto ao reajuste anual de acordo com o INSS e ou Poder Executivo, dos benefícios concedidos com ou sem direito a paridade, quando houver alteração na legislação local ou federal/INSS;
- 5.1.21. Consultoria no atendimento as auditorias diretas e indiretas realizadas pela Secretaria de Previdência Social, incluindo o assessoramento na produção de justificativas que se façam necessárias e apresentação de eventuais documentos que sejam solicitados;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.1.22. Orientar os servidores do IPMVP quanto ao recolhimento da contribuição previdenciária com emissão das guias destinadas ao patrocinador e aos segurados que se encontram sem remuneração, acompanhamento do pagamento com o devido cálculo de juros e correção monetária no caso de atraso no pagamento;

5.1.23. Consultoria no envio dos processos de aposentadoria e/ou pensão por morte concedidos aos segurados e/ou dependentes via FISCAP/TCE-RO;

5.1.24. Consultoria na Realização da Compensação Previdenciária entre o Regime Próprio e o Regime Geral de Previdência Social e demais regimes de acordo com a Lei Federal nº 9.796/99 e ao Decreto Federal nº 3.112/99, alterado pelo Decreto Federal nº 3217/99 e a Portaria MPAS nº 6.209/99 e determinação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

5.1.25. Consultoria na operacionalização do sistema COMPREV para os servidores responsáveis pelo mesmo na sede do IPMVP;

5.1.26. Treinamento e realização em conjunto aos servidores do IPMVP responsáveis no envio dos requerimentos de todos os processos de compensação, na sede do Instituto;

5.1.27. Treinamento e realização em conjunto aos servidores do IPMVP responsáveis pelo envio dos documentos que serão digitalizados e transmitidos pelo sistema COMPREV, na sede da Autarquia Municipal;

5.1.28. Consultoria no envio dos anexos, quando houver troca do administrador e/ou operador do COMPREV ao setor responsável (SPREV) para a devida atualização dos novos operadores;

OBSERVAÇÃO: Em hipótese alguma haverá pagamento de parcelas/fração ou percentual de valores a empresa contratada quando houver compensação previdenciária aos cofres do Instituto.

5.1.29. Consultores da empresa contratada será responsável em realizar em conjunto com os servidores do IPMVP, os reajustes dos proventos de aposentadorias e pensão por morte concedidos aos segurados e/ou dependentes desta autarquia municipal. Além de apresentar a lista contendo os nomes dos servidores que terão direito aos reajustes, após análise dos processos, também será responsável em fornecer modelos das planilhas com os devidos valores e reajustes que serão aplicados aos proventos dos beneficiários.

5.1.30. Estudos, Planejamento e Realização de Eventos (Conferência Municipal/Palestra) para RPPS. Sempre que convocado, assessoria na apresentação de palestras esclarecedoras, visando dar transparência ao funcionamento e rotina do IPMVP, devendo demonstrar a situação administrativa do Instituto, dando o enfoque para os acertos e as deficiências, podendo ser perante os Poderes Executivo e Legislativo, Sindicato dos Servidores Públicos, Conselhos Deliberativo e Fiscal e a outros que se fizerem necessários (anualmente).

5.1.31. A empresa vencedora do certame deverá prestar treinamento e suporte técnico, quando solicitado de acordo com os itens acima;

5.1.31.1. O treinamento a ser prestado será aos funcionários do setor, para desenvolvimento normal do IPMVP, e **será realizado nas dependências do Instituto em horário comercial**;

5.1.31.2. O suporte técnico consistirá em mão de obra técnica para solucionar os problemas de manutenção do IPMVP, independente de jornada de trabalho;

5.1.31.3. Toda a estrutura e material necessários à perfeita execução dos serviços serão fornecidos pelo contratado, inclusive despesas com locomoção, hospedagem e alimentação da equipe técnica.

5.1.31.8. Suporte técnico com visita técnica realizada ***“in loco”*** e em horário comercial, **nas dependências do IPMVP**, com carga horária de 08 (oito) horas, **01 (uma) vez por mês, ou quando necessário.**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.1.31.9. É facultada às empresas Licitantes a realização de vistoria prévia nas instalações da Administração Municipal de Vale do Paraíso/RO, áreas urbana e rural, para conhecimento dos locais onde prestarão os serviços, mediante termo de vistoria a ser lavrado pelo IPMVP.

5.1.31.10. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as Licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.

5.1.31.11. Caso a Licitante opte por não realizar a visita técnica, ela deverá emitir declaração de que conhece as condições e grau de dificuldades existentes para a prestação dos serviços ao Instituto.

5.1.33. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA HABILITAÇÃO DO CERTAME (ITEM 5.1):

5.1.33.1. A empresa interessada em prestar os serviços ao IPMVP deverá comprovar que possui equipe de profissionais que ficarão responsáveis pela prestação dos serviços exigidos no item 5.1, devendo a Licitante comprovar possuir em seu quadro funcional no mínimo **01 Consultor Previdenciário e 01 Advogado** os quais deverão comprovar possuir experiência de serviços prestados para RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social, estando obrigados à apresentarem junto ao setor competente (CPL) os documentos relacionados abaixo para habilitação licitatória:

5.1.33.2. A Licitante deverá **por meio de carta/declaração** indicar o Consultor Previdenciário responsável pelo assessoramento previdenciário. O **Consultor Previdenciário** indicado deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação:

c) Comprovar através de Declaração/Atestado que possui no mínimo 3 (três) anos de experiência na prestação de serviços de consultoria previdenciária em RPPS – Regime de Próprio de Previdência Social. Sendo proprietário, o Consultor deverá apresentar os Contratos e Aditivos de prestação de serviço em seu nome, caso seja colaborador, deverá apresentar cópia da carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço para comprovação de sua experiência profissional.

d) Apresentar no mínimo 03 (três) Declarações Técnico-Profissional fornecido por RPPS, com prazo de execução compatível ao prazo pretendido para a contratação, comprovando que o Consultor Previdenciário prestou/presta consultoria previdenciária nas áreas de: **1.** Elaboração e discussão de minuta de alteração/reestruturação da lei do RPPS; **2.** RPPS Itinerante; **3.** Consultoria aos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo; **4.** Apresentação do resultado da Avaliação Atuarial Anual; **5.** Elaboração de Cartilha previdenciária; **6.** Educação previdenciária sobre a reforma municipal para Diretoria Executiva do RPPS (EC 103/2019); **7.** Apresentação de palestra/audiência pública previdenciária para os servidores/vereadores/prefeito municipal; **8.** DIPR (levantamento de dados, preenchimentos Cadprev-Ente Local, envio Cadprev-Web), **9.** Consultoria na Compensação Previdenciária (Assessoramento mensal e liberação de acesso e operacionalização do sistema COMPREV); **10.** Concessão e revisão de benefícios previdenciários de acordo com as regras previstas no art. 40 da C.F, EC nº 20/98, EC nº 41/03, EC nº 47/05, EC nº 70/12, EC nº 88/15 e **EC 103/2019**; **11.** Consultoria no envio de processos via FISCAP-TCE; **12.** Fornecimento de minuta de lei de Parcelamento; **13.** Consultoria na elaboração e/ou correção de Parcelamentos firmados entre o RPPS e o Executivo/Câmara Municipal; **14.** Consultoria a Diretoria Executiva do RPPS nas diligências do TCE/RO; **15.** Consultoria na elaboração de documentos exigidos para atender o Plano de Ação do RPPS exigido pelo TCE/RO; **16.** Consultoria no levantamento dos documentos necessários para atender auditorias da SPREV, assim como fornecimento de justificativa. **As declarações/atestados deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente e Diretor de Benefício/Financeiro da Unidade Gestora (RPPS), e deverá ser por um RPPS que já realizou a reforma previdenciária local, compatível com a Emenda Constitucional nº 103/2019.**

e) **Apresentar Declaração** de que não existe situação de conflito de interesses, em conformidade com a Lei nº 12.813/2013, para garantir a lisura na parceria com a empresa privada, conforme detalhado no item 7 deste termo.

Pregão Eletrônico nº 003/2025 Processo ADM. 044/2025/IPMVP

Portal: <https://www.valedoparaíso.ro.gov.br> e-mail: cpl@valedoparaíso.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.1.33.3. O Instituto de Previdência Própria de Vale do Paraíso – IPMVP, através de Comissão ou autoridade superior da Autarquia, em qualquer fase da licitação, poderá realizar diligência em RPPS os quais a Licitante prestou/presta serviços relacionado ao objeto do TR, para esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme previsto no §2º do art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, sujeitando a Licitante às penalidades previstas em lei, caso apresente informações inverídicas.

5.1.33.4. Documentos como cópias de Contratos, Empenho, Leis da Reforma Municipal compatível com a EC 103/2019, entre outros documentos relacionados ao Item 5.1 deste termo, poderão ser solicitados pela diretoria do Instituto a Licitante para comprovação dos serviços.

5.1.33.5. A licitante (empresa) deverá apresentar no mínimo 01 (um) Atestado/Declaração de Capacidade Técnico-Operacional em seu nome, expedido por instituições de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional, que contenha a descrição dos serviços descritos no item 02 (do objeto) deste Termo de Referência, com prazo de execução dos serviços compatível ao prazo pretendido para a contratação. **Os atestados deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente do RPPS.**

5.1.32.6. A comprovação da qualificação técnico-profissional e/ou operacional é fundamental para assegurar a contratação de empresas com expertise comprovada na gestão de RPPS, garantindo a qualidade, eficiência e segurança dos serviços prestados aos segurados e beneficiários. A ausência de profissionais qualificados pode comprometer a administração do regime, resultando em inconsistências nos cálculos de benefícios e atuariais, o que pode acarretar prejuízos financeiros ao RPPS, afetando o pagamento de benefícios e contribuindo para o aumento do déficit atuarial. As exigências de qualificação estabelecidas neste edital são proporcionais à complexidade e relevância do objeto da contratação, visando selecionar a proposta mais vantajosa para o IPMVP e garantir a excelência na gestão dos serviços prestados pelo RPPS. A avaliação da qualificação será um critério objetivo na análise das propostas, assegurando a competitividade, a isonomia e a transparência no processo licitatório.

5.1.32.7. Embora a legislação estabeleça requisitos mínimos indispensáveis, não impede que o ente licitante imponha exigências adicionais para garantir a contratação de serviços que atendam plenamente ao interesse público. Destaca-se que instituições e gestores frequentemente relatam, em grupos de discussão, reuniões, congressos e cursos, dificuldades enfrentadas com empresas que, apesar de alegarem conhecimento técnico, não demonstram competência na prática para a execução dos serviços contratados. Dessa forma, a exigência de comprovação de experiência objetiva garantir que o prestador possua efetivo conhecimento e capacidade técnica para a execução dos serviços. A contratação de empresas ou profissionais sem a devida qualificação não apenas compromete a prestação dos serviços, mas também pode resultar em custos adicionais para a administração, decorrentes da necessidade de ajustes e correções. Considerando a complexidade da gestão do RPPS, especialmente em um cenário de constantes mudanças normativas, é essencial adotar medidas de cautela. Assim, embora a legislação forneça diretrizes mínimas, nada impede que o ente adote critérios mais rigorosos para garantir a melhor técnica na execução dos serviços. Em suma, este documento visa assegurar que a Licitante possua qualificação técnico-profissional e/ou operacional para a execução do objeto estabelecido no edital, demonstrando sua atuação no ramo pertinente.

5.1.33.6. **A Licitante deverá por meio de carta/declaração**, indicar o **Advogado** responsável pela consultoria jurídica. O Advogado indicado deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação:

d) Advogado deverá estar regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB e com situação regular para atuar como tal, e ainda, com experiência profissional jurídica na área de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que possua grau acadêmico para tanto, comprovando por meio de Currículo Lattes ou equivalente, com qualificação acadêmica em pós-graduação, tais como especialização, mestrado ou doutorado, comprovando que seu objeto de estudo seja a Previdência Social, portanto, deverá ser anexado aos documentos de habilitação com cópia da carteira da OAB;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

e) O **advogado** indicado/representante pela empresa auxiliará/assessorará a procuradoria jurídica do IPMVP nos assuntos jurídicos da autarquia e, terá de comprovar ter experiência de pelo menos 3 (três) anos de prestação de serviços jurídicos em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A comprovação será mediante a apresentação de 03 (três) Declarações/Atestados emitidos por RPPSs na qual é responsável pela emissão de pareceres e apresentação de palestra. O advogado indicado/representante da Licitante, será responsável pela apresentação da conferência municipal/palestra exigida no item 5.1.30, elaboração de pareceres técnicos/jurídicos consultivos e também responsável por todas as ações em todas as instâncias em que o IPMVP for parte. As despesas de locomoção do advogado correrão por conta da contratada em caso de audiência ou acompanhamento em órgãos judiciais ou administrativos em que o instituto for parte. **As declarações apresentadas pelo advogado deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente da Unidade Gestora (RPPS).**

f) A **Licitante deverá apresentar declaração, emitida por seu advogado constituído**, na qual este afirme ser o representante legal da empresa para todos os fins e efeitos, inclusive para o presente processo licitatório.

g) **Apresentar Declaração de que não existe situação de conflito de interesses**, em conformidade com a Lei nº 12.813/2013, para garantir a lisura na parceria com a empresa privada, conforme detalhado no item 7 deste termo.

5.1.33.7. Documentos como cópia de Contratos, Empenhos, Fotos, Matérias em Sites, Publicações em Redes Sociais, entre outros, poderão ser solicitado pela diretoria do Instituto, para comprovar a execução dos serviços do advogado.

5.1.33.8. Os pareceres emitidos para conceção/revisão ou não de benefício deve ser subscrito por um profissional da advocacia, o ou a qual tem capacidade profissional e/ou técnica para analisar o pedido. Além do mais, o município de Vale do Paraíso, já realizou a reforma da previdência municipal através da **Lei Complementar nº 1, de 1 de julho de 2024**, com base nos critérios e regras da emenda constitucional nº 103/19. Portanto, é de extrema necessidade que este Instituto esteja organizado e preparado para as mudanças ocorridas, e com isso, tem a necessidade de contratação de empresa que tenha em sua composição profissionais qualificados, inclusive da área jurídica que já presta serviços a municípios que instituíram a reforma previdenciária local, para dar o suporte necessário as mudanças legais. Em relação às certificações/Atestados, na mesma lógica dos consultores, necessitamos de profissionais que de fato entendam da temática, e que nos auxiliem na melhor técnica.

5.1.33.9. A exigência de um profissional advogado no corpo técnico da Licitante, visam os serviços consultivo de assistência técnica/jurídica a procuradoria jurídica do IPMVP, o qual é diretamente responsável pela área jurídica do Instituto. A contratação pretendida visa suprir necessidades de consultoria jurídicas do instituto de previdência na especialidade de Direito Previdenciário, tendo em vista a proeminente necessidade de atendimento das demandas jurídicas hodiernas de forma célere, bem como de logística para que a procuradoria do IPMVP possa acompanhar os processos e procedimentos jurídicos e administrativos do RPPS, em questões de relevância e alta especificidade para salvaguardar o melhor interesse público.

5.1.33.10. Os documentos dos representantes da empresa apresentado no momento da habilitação da licitação serão do Consultor Previdenciário e Advogado que deverão dar suporte técnico para o Instituto. Não será aceita visita de outro representante que não seja os que serviram para a habilitação da Licitante, exceto se o representante indicado na visita possuir as mesmas qualificações Técnico-Profissional exigidas nos **itens 5.1.32.2 e 5.1.32.8**, deste Termo de Referência.

5.1.33.11. Caso a Licitante queira substituir o Consultor e/ou Advogado indicados na habilitação do certame, terá de encaminhar os documentos conforme exigidos nos itens acima, no prazo de 05 (cinco) dias corridos antes da visita marcada pela Instituto, para aferição por parte da Diretoria Executiva, para comprovar sua qualificação Técnico-Profissional.

5.1.33.12. A Licitante deverá comprovar vínculo com os representantes que ficarão responsável em realizar as visitas junto ao Instituto, apresentando no mínimo 01 (um) dos documentos relacionados a seguir:

Pregão Eletrônico nº 003/2025 Processo ADM. 044/2025/IPMVP

Portal: <https://www.valedoparaíso.ro.gov.br> e-mail: cpl@valedoparaíso.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

- d. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- e. Contrato de Prestação de Serviços, em vigor;
- f. Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

5.1.33.13. Em que pese a necessidade de contratação de empresa para assessoramento de RPPS, ainda que o rigor das exigências pareça excesso de cautela, vale lembrar mais uma vez que recentemente o sistema previdenciário brasileiro sofreu sua maior alteração dos últimos anos com a Emenda Constitucional nº 103/2019. Com isso os institutos de todo o país precisarão se adaptar às novas normas, seja de ordem constitucional ou até mesmo orientativa por parte da Secretaria da Previdência. **Com isso, busca-se empresas que já tenham experiência comprovada no assessoramento de RPPS,** já que para além das alterações legais, haverá vários trâmites burocráticos e legislativos a partir de então, o que exigirá o vencedor do certame, capacidade técnica-profissional e/ou operacional para apresentar as mudanças para o executivo municipal, o qual é responsável pelo envio dos projetos de lei, assim como, com o Poder Legislativo, que precisará munir-se de informações sobre as alterações que ocorreram no cenário nacional para aprovar as medidas que serão obrigatórias. Será um trabalho conjunto, por isso a necessidade de uma assessoria efetivamente qualificada e com experiência comprovada, conforme exigido acima.

5.2. (ITEM 02) CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA COM EMISSÃO DE GUIAS COM CÓDIGOS DE BARRAS:

c) Sistema Integrado de Gestão Previdenciária, adequado para rotinas específicas de Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, atendendo, OBRIGATORIAMENTE, os seguintes requisitos técnicos e dotado das seguintes funcionalidades e recursos:

d) O software contratado deverá ser totalmente orientado à administração pública, focado na gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Deverão atender a todas as exigências da legislação vigente, contendo todas as informações necessárias a atender o funcionamento do Instituto e as exigências previdenciárias legais tanto da Secretaria de Previdência Social - SPS como dos órgãos públicos com que estiver relacionado por força de lei (TCE-RO). Os serviços oferecidos deverão atender às necessidades previstas no presente termo de referência, bem como no Edital de Licitação.

5.2.1. DAS FUNCIONALIDADES DO SOFTWARE:

5.2.1.3. O software deverá ser executado totalmente em plataforma WEB, efetuar acesso aos módulos por meio de navegador WEB, utilizando tecnologia HTML, JavaScript e PDF para visualização de relatórios, através de dispositivos móveis, tais como tablets, smartphones, notebooks devidamente conectados à internet (rede, 3G, 4G, 5G ou Wi-fi), com serviço de monitoramento de log de erro da aplicação em tempo real para melhor análise e correção imediata.

5.2.1.4. O software previdenciário e banco de dados deverão ser executados totalmente em ambiente CLOUD, sem prejuízo de suas funcionalidades, e terá que apresentar os seguintes módulos de gerenciamentos previdenciários:

5.2.5. **MÓDULO DE GERENCIAMENTO DE USUÁRIOS:** O sistema deverá conter delimitação de níveis de acesso. O controle de acesso nas informações do Instituto faz com que limites sejam estabelecidos aos usuários do sistema, garantindo que os dados sejam acessados somente pelos funcionários autorizados e que recursos, tais como a simulações, contribuições, guias, entre outros, possam ser controlados. Os acessos serão dados aos usuários conforme for surgindo a necessidade do instituto.

5.2.2.3. O software previdenciário deverá fornecer senhas de segurança independentes para cada usuário. Cada usuário só poderá acessar o sistema através de sua identificação pessoal e sua correspondente senha de acesso, baseado numa estrutura de perfil e menus associados para cada tipo de acesso.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.2.2.4. Todos os relatórios impressos pelo sistema deverão conter identificação do usuário.

5.2.6. MÓDULO DE CADASTROS DE ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E SEUS RESPECTIVOS DEPENDENTES:

5.2.7. sistema deverá conter campos obrigatórios para lançamentos das informações conforme especificados abaixo:

5.2.3.4. Cadastro dos segurados efetivos/ativos e seus dependentes: (nome, data de nascimento, estado civil, sexo, endereço, telefones, naturalidade, nacionalidade, RG, CPF, Título de Eleitor, PIS/PASEP/NIT, CTPS, nome do pai, CPF do pai, nome da mãe, CPF da mãe, nome do Conselho em caso de titulação, informações de escolaridade, matrícula do órgão de origem, matrícula Instituto, regime jurídico, tipo de admissão, informações do edital, nome do órgão, nome da secretaria, nome do órgão de lotação, nome do cargo efetivo, classe, nível, referência, carga horária, informações de cessão para outros órgãos, informações da composição do vencimento, informações de férias, informações de licença prêmio, informações bancárias, tempo de contribuição anterior público/privado, tempo sem contribuição, tempo fora da carreira/magistério. **Dependentes:** nome, naturalidade, estado civil, data de nascimento, sexo, CPF, RG, PIS/PASEP, título de eleitor, endereço, invalido sim/não), etc.

5.2.3.5. Cadastro dos inativos: (nome, data de nascimento, estado civil, sexo, endereço, telefones, naturalidade, RG, CPF, Título de Eleitor, PIS/PASEP/NIT, nome do pai, CPF do pai, nome da mãe, CPF da mãe, matrícula do órgão de origem, matrícula Instituto, nome do órgão de origem, nome da secretaria de origem, nome do cargo em que deu aposentadoria, classe/nível/referência da aposentadoria, informações da composição do provento de aposentadoria, nº e data do processo de aposentadoria, data do requerimento de aposentadoria, tipo de benefício que aposentou, integral/proporcional, paridade sim/não, decisão judicial sim/não, nº processo judicial, data da concessão do benefício, data e nº do ato de concessão, homologação TCE sim/não. **Dependentes:** nome, naturalidade, estado civil, data de nascimento, sexo, CPF, RG, PIS/PASEP, título de eleitor, endereço, invalido sim/não), etc.

5.2.3.6. Cadastro dos Pensionistas: (cadastro do instituidor da pensão - nome, data de nascimento, estado civil, sexo, naturalidade, RG, CPF, Categoria – inativo/ativo, matrícula de origem, órgão de origem, secretaria de origem, cargo de origem, data de admissão, data de óbito), nome do pensionista, data de nascimento do pensionista, estado civil, sexo, endereço, telefones, RG, CPF, informações da composição do provento de pensão, duração do benefício, percentual da cota parte, valor por cota parte, condição do pensionista valido/invalido, tempo de duração do benefício, data de início e termino do benefício, decisão judicial sim/não, nº processo judicial, representante legal sim/não, data de recadastramento, etc.

I. Impressão de modelos de requerimentos de:

1. Requerimento de Abono de Permanência;
2. Requerimento de Aposentadoria Por Idade;
3. Requerimento de Aposentadoria Por Idade e Tempo de Contribuição (Regra Permanente/Transição);
4. Requerimento de Pensão Por Morte (ativo/inativo).

II. Impressão de Declarações de:

7. Declaração de Ciência e Acordo com a Regra (Permanente/Transição);
8. Declaração de Ciência e Acordo com o valor do provento (Regra Permanente/Transição);
9. Declaração de Não Acumulação de Cargo Público;
10. Declaração de Não Responder Processo de Sindicância ou Disciplinar;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

11. Declaração de Regularidade de Situação de Contribuinte Individual.

5.2.8. MÓDULO PARA SIMULAR OU CALCULAR O VALOR DO BENEFÍCIO, APOSENTADORIA E/OU PENSÃO POR MORTE. Efetuar acesso ao módulo por meio de navegador web, utilizando tecnologia HTML, JavaScript e PDF para visualização de relatórios; as planilhas de proventos deverão estarem parametrizadas de acordo com as regras de aposentadorias e pensão por morte, estabelecido na legislação do Instituto.

5.2.8.1. As planilhas de proventos deverão estar parametrizadas de acordo com as seguintes regras:

5.2.12.1.1. Emissão de Planilha de Cálculo de Proventos, conforme regras do Art. 40 da C.F, EC nº 20/98, EC nº 41/03, EC nº 47/05, EC nº 70/12, EC nº 88/15, **EC 103/2019 e LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 1 DE JULHO DE 2024;**

5.2.12.1.2. Simulador de Aposentadoria conforme regras do Art. 40 da C.F, EC nº 20/98, EC nº 41/03, EC nº 47/05, EC nº 88/15, **EC 103/2019 e LEI COMPLEMENTAR Nº 1 DE 1 DE JULHO DE 2024,** e consequentemente a emissão do mesmo;

5.2.12.1.3. As planilhas de proventos citadas acima deverão atenderem a Instrução Normativa nº 50/TCE-RO, e alterações posteriores;

5.2.13. MÓDULO DE CADASTRO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (ARRECADAÇÃO): Efetuar administração de recolhimento de contribuições previdenciárias de cada servidor e patronal, por fonte pagadora, de forma individualizada, por regime financeiro e previdenciário, e terá de conter as seguintes opções:

5.2.5.9. Cadastro de todas as alíquotas patronal/servidor, o qual vigorarão desde o período da criação do RPPS até a presente data, conforme leis municipais;

5.2.5.10. Efetuar registro mensal da remuneração e de contribuição, bem como sua composição, do segurado e beneficiário;

5.2.5.11. Emitir relatório de extrato de contribuições individualizadas contendo informações do segurado/patronal, por período ou competência;

5.2.5.12. Emitir relatórios de contribuições de todos os segurados, por período ou competência;

5.2.5.13. Emitir relatório de inconsistência por competência, nos repasses das contribuições efetuadas pelo órgão devedor, o qual deverá conter informações de contribuições devida, contribuição retida, para apurar possíveis diferenças nos repasses previdenciários;

5.2.5.14. Possibilitar edição dos valores de contribuição por um determinado segurado a partir do módulo de arrecadação;

5.2.5.15. Possibilitar importação das contribuições através de arquivos XML extraídos da folha de pagamento da Prefeitura Municipal/Câmara e demais Autarquias e Fundações para o Cadastro de Contribuições dos servidores por competência;

5.2.5.16. Os arquivos a serem importados será da competência desde a data de criação do Instituto até a presente data, e a importação de todas as competências é de responsabilidade da empresa contratada.

5.2.14. MÓDULO DE CONFECÇÃO DE G.I.R.S (GUIAS DE INFORMAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS): A guia de recolhimento deverá apresentar as informações de nome e CNPJ do instituto, nome do órgão de cobrança, nome das secretarias, nomes dos departamentos, tipo de cálculo (ativo/inativo/pensionista), nº da guia, competência da guia (mensal/13º), cedidos (sim/não), valor base previdência,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

valor da folha bruta, valor do segurado, valor do patronal, valor da contribuição total, alíquotas do segurado, normal/suplementar/aporte/taxa administrativa, nº de servidores, valor de descontos, vencimento da guia, competência e ano da guia, data de emissão da guia, data do pagamento da guia, subtotal da guia, total da guia, juros, multas, tipo de taxa, proporcionalidade de juros/multa/taxas, saldo devedor, baixa da guia (pago total/proporcional), etc.

5.2.6.7. O módulo deverá ainda apresentar as seguintes funcionalidades:

5.2.6.8. Emissão de encaminhamento de G.I.R.S., acompanhado com o boleto bancário FEBRABAN (com código de barras), e QR Code, conforme convênio do Instituto com a instituição financeira (Caixa/BB);

5.2.6.9. A G.I.R.S confeccionadas deverá apresentar além das informações exigidas no **item 5.2.6**, lista dos servidores que foram referência para confecção, e deverá conter informações de matrícula, nome, valor bruto, base previdência, valor patronal, valor segurado e totalização;

5.2.6.10. A confecção de G.I.R.S deverá ser automatizada, atendendo a importação do arquivo XML no módulo de contribuições;

5.2.6.11. Relatórios de G.I.R.S por competência ou períodos;

5.2.6.12. Extrato de G.I.R.S por totalização/folha bruta/listagem completa/juros/multas/etc.;

5.2.15. MÓDULO DE EMISSÃO DE C.T.C – CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: Emissão de C.T.C - Certidão de tempo de Serviço/Contribuição nos moldes da **Portaria Ministerial nº 1.467/2022**, e alterações posteriores, de forma avulsa, por parte do órgão Instituidor;

5.2.16. MÓDULO DE CADASTRO DE ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES: Cadastro de órgão que estarão vinculadas ao RPPS, com todas as informações institucionais (CNPJ, Endereço, CEP, etc.), assim como aquelas ao qual o servidor está cedido;

5.2.17. MÓDULO DE CADASTRO DE SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS: Cadastro de Secretarias, departamentos e/ou unidades orçamentárias, dos órgãos e entidades vinculadas ao RPPS para fins de emissão de relatórios, entre outros;

5.2.18. MÓDULO DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS: O sistema de gerenciamento Previdenciário deverá apresentar módulo de digitalização de imagens e documentos dos segurados para maior facilidade no cadastramento. A digitalização permitirá a substituição dos documentos em papel com o intuito de facilitar o acesso e a busca pelo sistema de informações dos segurados do Instituto.

5.2.19. MÓDULO DE CONFIGURAÇÃO DE PARÂMETROS DO SISTEMA: O sistema de gerenciamento Previdenciário deverá apresentar módulo de parâmetros. Neste módulo será possível lançar informações da autarquia, para que a mesma saia com identificação nos relatórios emitidos no sistema, exemplo: nome da autarquia, estado da confederação, brasão, CNPJ, entre outros.

5.2.20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA HABILITAÇÃO DO CERTAME DO SOFTWARE PREVIDENCIÁRIO (ITEM 5.2):

5.2.12.20. As empresas interessadas em participar do certame, deverão comprovar a Eficiência do software previdenciária e qualificação técnico-profissional da equipe que prestará o suporte, este devendo obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos:

5.2.12.21. No mínimo 03 (três) Atestados de Capacidade Técnico-Operacional do Software Web, em nome da Licitante, contendo a descrição dos serviços descritos no item 5.2 deste termo de referência, atestando que o sistema web está em





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

funcionamento/uso a pelo menos 01 (um) ano, prazo este compatível ao pretendido na contratação. **Os atestados deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente e Diretor de Benefício/Financeiro da Unidade Gestora (RPPS), e deverá ser emitido por um RPPS que já realizou a reforma previdenciária local, compatível com a Emenda Constitucional nº 103/2019.**

5.2.12.22. No mínimo 03 (três) Declarações/atestados de Capacidade Técnico-Profissional, em nome dos Técnicos da Licitante. Estes deverão comprovar possuir conhecimento das regras de aposentadorias e pensão por morte, previstas no art. 40 da C.F, EC nº 20/98, EC nº 41/03, EC nº 47/05, EC nº 70/12, EC nº 88/15 e EC 103/2019, além de comprovar experiência de serviços de suporte técnico, treinamento e atendimento a servidores/segurados do RPPS, através de apresentações das Simulações e Cálculo de Benefícios Previdenciários, emitidos pelo sistema da Licitante. **As declarações deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente e Diretor de Benefício/Financeiro da Unidade Gestora (RPPS), no qual a Licitante presta/prestou o serviço de cessão de software com prazo de execução compatível ao prazo pretendido, e deverá ser emitido por um RPPS que já realizou a reforma previdenciária local, compatível com a Emenda Constitucional nº 103/2019.**

5.2.12.23. O Instituto de Previdência Própria de Vale do Paraíso, através de Comissão ou autoridade superior da autarquia, em qualquer fase da licitação, poderá realizar diligência em RPPS os quais a Licitante prestou ou presta serviços relacionado ao objeto, para esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme previsto no §2º do art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, sujeitando a Licitante às penalidades previstas em lei, caso apresente informações inverídicas.

5.2.12.24. Documentos como **cópia de Contrato, empenho, Leis da Reforma Municipal compatível com a EC 103/2019, entre outros documentos relacionados ao ITEM 5.2** deste termo, poderão ser solicitados pela diretoria do Instituto a Licitante para comprovação dos serviços.

5.2.12.25. O Instituto de Previdência para fins de contratação, realizará juntamente com a empresa habilitada do certame, teste de aptidão do software previdenciário, onde a diretoria executiva do Instituto, verificará as funcionalidades do sistema, ou poderá solicitar relatórios emitidos do software da Licitante, com intuito de verificação dos cálculos/simulações nos termos das legislações vigentes e após este, emitirá termo de aceitação ou não, quanto à compatibilidade da contratação da ferramenta pretendida.

5.2.12.26. O prazo de teste de aptidão do sistema será realizado em até 10 (dez) dias corridos, após notificação enviada a empresa habilitada, que deverá realizar o teste nas dependências do Instituto, em visita *in loco*, através de seu representante. Em hipótese alguma haverá prorrogação do prazo estipulado. O teste de aptidão do sistema será realizado pelo Consultor Previdenciário indicado no item 5.1.32.2 deste termo de referência. Em hipótese alguma será por outro profissional indicado.

5.2.12.27. Caso a diretoria executiva do Instituto não aprove o software apresentado, o Presidente encaminhará memorando ao setor da CPL, informando que a empresa habilitada não atende as especificações exigidas no Termo de Referência, e solicitará ao setor que convoque as remanescentes, para que, caso queiram, realize os procedimentos necessários para apresentação do software e em seguida, caso seja habilitada, assinatura do contrato.

5.2.12.28. Após assinatura do contrato, as atividades em partes, poderão ser desenvolvidas na sede do contratado, comprometendo-se o mesmo a comparecer obrigatoriamente na sede do Instituto pelo menos **01 (um) vez ao mês, através de visita, in loco**, ou quando necessário, e em horário comercial, com carga horária de 08 (oito) horas, para atendimento do objeto desta licitação, para prestar suporte técnico, devendo ainda manter contato *on-line*, visando à perfeição dos serviços contratados.

5.2.12.29. Toda a estrutura e material necessários à perfeita execução dos serviços serão fornecidos pelo contratado, inclusive despesas com locomoção, hospedagem e alimentação da equipe técnica.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.2.12.30. A empresa vencedora do certame deverá prestar treinamento e suporte técnico do sistema, quando solicitado, independente da visita obrigatória prevista no **item 5.2.12.9**;

5.2.12.31. O treinamento a ser prestado será aos funcionários do setor, para desenvolvimento normal do Instituto, e será realizado nas dependências do Instituto em horário comercial após a ordem de serviço;

5.2.12.32. A Licitante deverá prestar suporte técnico com mão de obra técnica para solucionar os problemas de manutenção do Instituto, independente de jornada de trabalho;

5.2.12.33. Após todos os testes, será emitido ordem de serviço, com prazo de 10 (dez) dias corridos para instalar, importar/migrar todos os dados existentes do Instituto ao software de gerenciamento previdenciário da Licitante. O novo software previdenciário deverá emitir todos as planilhas de simulações e cenários das aposentadorias e/ou pensão previstas na **Lei Complementar nº 1, de 1 de julho de 2024**, assim como atender os modelos/formulários exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

5.2.12.34. Haverá dilação do prazo previsto no item anterior uma única vez, caso a Licitante não consiga realizar as importações/migração do banco de dados do IPMVP com a apresentação dos cálculos no prazo previsto, o Presidente encaminhará memorando ao setor da CPL, informando que a empresa habilitada não atende as especificações exigidas no Termo de Referência, e solicitará ao setor que convoque as remanescentes, para que, caso queiram, realize os procedimentos necessários para apresentação do software e em seguida, caso seja habilitada, assinatura do contrato.

5.2.12.35. Todos os trabalhos mencionados no **item 5.2** terão que ser realizados nas dependências do Instituto em horário comercial, e após instalação e importação, a empresa vencedora terá que dar treinamento aos funcionários do setor;

5.2.12.36. O Contratado não poderá, após a implantação no ambiente de produção, restringir ou limitar qualquer acesso por parte da Contratante ao sistema, tampouco impedir a extração por qualquer meio das informações ali inseridas, cuja propriedade é do Instituto de Previdência do Município de Vale do Paraíso/RO.

5.2.12.37. Os documentos dos representantes da Licitante apresentado no momento da habilitação da licitação, serão dos responsáveis que darão suporte técnico para o Instituto. Não será aceito visita de outro representante que não seja os que serviram para a habilitação da Contratada, exceto se o novo indicado possuir as mesmas qualificações Técnicos-Profissionais exigidas nos **itens 5.2.12.2 e 5.2.12.3** deste Termo de Referência.

5.2.12.38. Caso a Licitante queira substituir o representante indicado na habilitação do certame, terá de encaminhar os documentos exigidos nos **itens 5.2.12.2 e 5.2.12.3** deste Termo, no prazo de 05 (cinco) dias corridos antes da visita marcada pela Instituto para aferição por parte da Diretoria do Instituto, para comprovar sua qualificação Técnico-Profissional.

11.2.12.19. A Licitante deverá comprovar vínculo com o técnico que fará as visitas no Instituto, apresentando no mínimo 01 (um) dos documentos relacionados a seguir:

d) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

e) Contrato de Prestação de Serviços, em vigor;

f) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

5.3. (ITEM 03) CONSULTORIA ATUARIAL MENSAL COM ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS ATUARIAIS E RELATÓRIO DE ADERÊNCIA DAS HIPÓTESES ATUARIAIS:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.3.1. A Licitante deverá prestar serviços de consultoria atuarial, com periodicidade mensal, à equipe da Diretoria Executiva do IPMVP, bem como aos órgãos aos quais o RPPS está vinculado por força de lei. Os serviços prestados pela Licitante incluirão: **Elaboração do relatório da avaliação atuarial anual; elaboração de relatório de gestão atuarial para o Pró-Gestão; elaboração de estudos atuariais; elaboração de relatório de análise das hipóteses** quando exigidos pelo Ministério da Previdência Social, e ainda, prestar suporte técnico virtual e presencial com a realização de 01 (um) visita técnica mensal *in loco* na sede do município, ou quando necessário.

5.3.1.1. **Elaboração da Avaliação Atuarial Anual**, o atuário representante da Licitante, terá por objetivo, mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo plano previdenciário, previstos nas leis do IPMVP, avaliando o histórico e a evolução da entidade como um todo.

5.3.1.2. Deverá apresentar o Plano de Custeio, ou seja, demonstrar a melhor forma de custear os benefícios oferecidos pelo Plano de Benefício e a taxa de administração, representada pelas alíquotas de contribuição previdenciária a serem pagas pelo Ente Federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas ao respectivo RPPS e aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar.

5.3.1.3. Considerar legislação vigente de caráter normativo geral ou local que defina os benefícios oferecidos, as regras de concessão e o custeio desses benefícios. Constituição Federal, especialmente o art. 40 e ECs 20, 41, 47, 70, 88 e 103/19, a Lei nº 9.717, de 27/11/98, Portaria MTP Nº 1467/22 e alterações posteriores.

5.3.1.4. Apresentar o Estudo das Hipóteses: conjunto de valores esperados para as variáveis de influência no plano de benefícios (crescimento real dos salários nas carreiras, dos benefícios, taxa de juros etc.).

5.3.1.5. Realização da Reavaliação Atuarial, com data base em 31/12 de cada exercício, conforme exigências da Portaria MTP Nº 1467, de 02 de junho de 2022 e alterações posteriores.

5.3.1.6. Apresentar a Projeção Atuarial, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal nos termos do art. 53, §1º, inciso II.

5.3.1.7. Emissão do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial –DRAA.

5.3.1.8. Elaboração do Projeto de Lei, visando à modificação de custeio da Previdência Municipal caso necessário.

5.3.1.9. Alimentação das informações junto ao sistema CADPREV-MPAS.

5.3.1.10. Contabilização das provisões matemáticas.

5.3.1.11. Comparativo entre as 03 (três) últimas avaliações atuariais.

5.3.1.12. Elaboração da Nota Técnica Atuarial.

5.3.1.13. Cálculo das reservas matemáticas e das alíquotas previdenciárias.

5.3.2. **Estudo de Impacto financeiro e atuarial**, este quando solicitado pelo IPMVP, realizar em decorrência de eventuais alteração da norma local ou em simulações em razão de ocorrências que possam interferir no resultado do cálculo atuarial do exercício seguinte, como por exemplo: Vinculação de imposto de renda dos aposentados e pensionistas de modo a reduzir o passivo atuarial; inclusão de contribuição patronal sobre a folha dos aposentados e pensionistas; inclusão de verbas transitórias na base de cálculo previdenciária; aprovação de planos de carreira que afetem o crescimento real dos salários dos segurados do RPPS; eventuais estudos técnicos comparativos entre RGPS/INSS e RPPS, e/ou outros eventos similares que ocasionem alteração do resultado atuarial do regime próprio do município de Vale do Paraíso.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

5.3.3. Relatório de Gestão Atuarial, este quando solicitado pelo IPMVP, deverá apresentar o que se exige no Manual do Pró-Gestão RPPS, contemplando a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, conforme disciplina as Portarias MPS nº 185/2015, Portaria MF nº 577/2017, e suas alterações.

5.3.4. Relatório de Análise das Hipóteses, este quando solicitado pelo IPMVP, deverá apresentar os parâmetros necessários a adequação as características da massa de benefício do regime, conforme exigido na Portaria MPT 1467/2022, e suas alterações. O presente relatório tem como objetivo apresentar os resultados dos estudos e testes de aderência realizados, de forma a indicar as hipóteses atuariais mais adequadas para a mensuração do passivo atuarial do RPPS.

5.3.5. Os serviços serão compostos das etapas descritas a seguir:

5.3.5.1. Coleta dos dados cadastrais dos servidores vinculados ao Instituto de Previdência de Vale do Paraíso, *in loco* na sede do Instituto;

5.3.5.2. Levantamento e Desenvolvimento Preliminares:

5.3.5.3. Crítica e elaboração de relatório de inconsistência do banco de dados cadastrais, dos segurados abrangidos no levantamento de dados.

5.3.5.4. Análise e otimização das inconsistências apresentadas.

5.3.5.5. Desenvolvimento dos relatórios previstos no item 5.3 para determinação dos benefícios previsíveis, previamente determinados.

5.3.5.6. Determinação dos recursos eventualmente demandados pelo plano, visando à cobertura dos riscos eminentes e do passivo atuarial referentes aos inativos e pensionistas, se houver.

5.3.5.7. Determinação do prazo de amortização em relação ao passivo atuarial (custo especial do plano), eventualmente necessários para constituição das reservas matemáticas para cobertura dos riscos eminentes e do passivo atuarial.

5.3.5.8. A apresentação dos relatórios previstos no item 5.3.1 será *in loco*, na sede do município de Vale do Paraíso, quantas vezes forem necessários, independentemente das exigidas no item 5.3.1 aos membros dos Conselhos deliberativo e Fiscal, Comitê de investimentos, assessores designados pelo executivo municipal, vereadores e demais interessados do município.

5.3.5.9. Todo o levantamento de dados/informações que servirão de base para a elaboração dos relatórios previstos no item 5.3.1, será levantado na sede da Autarquia Municipal (IPMVP) pela Licitante em visita *in loco*. Nenhuma informação inicial será enviada através de telefone, fax e/ou correio eletrônico.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA HABILITAÇÃO DO CERTAME (ITEM 5.3):

12.1. A Licitante deverá apresentar:

5.4.1 No mínimo 01 (um) Atestados/Declarações de Capacidade Técnico-Operacional em nome da Licitante, expedido por instituições de direito público ou privado, devidamente registrada na entidade profissional, que contenha a descrição dos serviços descritos no **item 5.3** deste Termo de Referência. **Os atestados/declaração deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente do RPPS.**

5.4.2 Apresentar no mínimo 03 (três) Atestados/Declarações Técnico-Profissional fornecido por RPPS, comprovando que o Consultor Previdenciário já realizou apresentação de estudo de avaliação atuariais anual. O Consultor





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

Previdenciário ficará responsável pelo à apresentação dos estudos descritos no item 5.3 deste Termo de Referência. **Os atestados/declaração deverão estarem assinados pelo Presidente/Superintendente do RPPS.**

5.4.3 Apresentar documentação de no mínimo 01 (um) Técnico Atuário, com formação acadêmica de nível superior em Ciências Atuariais e que tenha registro profissional, emitido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, **sendo esse registro, que se refere o artigo 2º, Decreto-lei Nº 806, de 04 de setembro de 1969, art 11 do Decreto nº 66408 de 03 de abril de 1970 e art 2º inciso V. da Portaria MTP Nº 1.467, de 02 de junho de 2022.**

c) Apresentar declaração, emitida por seu atuário constituído, na qual este afirme ser o representante legal da empresa para todos os fins e efeitos, inclusive para o presente processo licitatório.

d) O Atuário constituído, deverá apresentar Declaração de que não existe situação de conflito de interesses, em conformidade com a Lei nº 12.813/2013, para garantir a lisura na parceria com a empresa privada, conforme detalhado no item 7 deste termo.

5.4.4 Documentos como cópia de Contrato, empenho, entre outros, poderão ser solicitados pela Diretoria do Instituto, para comprovação do desempenho anterior de atividade igual ao objeto da licitação.

5.4.5 Os Atestados/Declarações Técnico-Operacional e Técnico-Profissional apresentados, estarão sujeitos a diligência para confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade, conforme previsto no §2º do art. 42 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei, caso ateste informações inverídicas.

5.4.6 A Licitante deverá comprovar vínculo com o responsável pela execução do serviço previsto no **item 5.3**, apresentando no mínimo 01 (um) dos documentos relacionados a seguir:

d. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

e. Contrato de Prestação de Serviços, em vigor;

f. Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

8. VEDAÇÕES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS E DEMAIS ESCLARECIMENTOS:

5.4.1 De acordo com a Controladoria Geral da União, a integridade pública busca priorizar o interesse público sobre os interesses privados. Para o interesse público prevalecer, situações em que haja conflito de interesses devem ser combatidas.

5.4.2 Agentes públicos também podem exercer atividades remuneradas no setor privado, a exemplo de professores. A duplicidade de funções, a princípio, não constitui ilícito. No entanto, para conciliar as atividades é necessário conhecer bem os limites impostos à atuação nas áreas pública e privada.

5.4.3 A **Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013**, o qual trata de **Conflito de Interesses**, é que define as situações que configuram esse tipo de conflito durante e após o exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal. A situação é caracterizada quando o confronto entre público e privado implica prejuízo para o interesse coletivo ou para o desempenho da função pública. E pode haver conflito mesmo que não haja dano ao patrimônio público ou ganho financeiro decorrente da atividade privada. De acordo com o art. 3º, inciso I da Lei nº 12.813/13, um conflito de interesses surge quando um interesse privado do agente público pode influenciar de forma indevida o desempenho de sua função pública ou comprometer o interesse coletivo. Considerando esse conceito geral, a Lei enumera situações que podem configurar conflito de interesses enquanto no exercício de cargo ou emprego público (art. 5º, Lei nº 12.813/13):

Art. 2º Submetem-se ao regime desta Lei os ocupantes dos seguintes cargos e empregos:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

I - De ministro de Estado;

II - De natureza especial ou equivalentes;

III - de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e

IV - Do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6 e 5 ou equivalentes.

Parágrafo único. Além dos agentes públicos mencionados nos incisos I a IV, sujeitam-se ao disposto nesta Lei os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro, conforme definido em regulamento.

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - Divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - Exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - Atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - Praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - Receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e (Regulamento)

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento.

5.4.4 Dessa forma, é crucial garantir a lisura e a integridade na execução do contrato com o IPMVP. Para tanto, em consonância com o **art. 14 da Lei 14.133/2021**, é imperativo que este Instituto averigue rigorosamente se os prestadores de serviços indicados nos **itens 5.1.32, 5.2.12 e 6** deste termo atendem plenamente aos requisitos legais, especialmente no que tange às vedações de participação em licitações e contratos. Essa verificação, essencial para a prevenção de conflitos de interesses e a salvaguarda dos princípios da impessoalidade, da probidade administrativa e da moralidade, deve ser comunicada de forma clara e transparente pelos interessados, este devendo observar o que dispõe a lei:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

I - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

5.4.5 Assim, **apuradas situações que configurem conflito de interesses** estipuladas pela Lei nº 12.813/2013, ou seja, havendo incompatibilidade decorrente da impossibilidade de exercício concomitante e pleno do cargo ou emprego público e de determinada atividade privada, a licitante será desclassificada do processo licitatório pertinente. **Essa incompatibilidade se manifesta quando o agente público não pode exercer plenamente suas funções na Administração Pública sem que suas atividades privadas sejam prejudicadas, e vice-versa. A desclassificação em razão de conflito de interesses visa proteger o interesse público, prevenindo que interesses privados influenciem indevidamente o processo licitatório. É crucial garantir que a escolha da melhor proposta seja baseada em**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

critérios objetivos, sem a interferência de interesses particulares que possam comprometer a isonomia e a competitividade da licitação.

5.4.6 Além disso, neste certame será aplicado o disposto nos §§2º e 3º do art. 3º da Lei 8.248 de 21/10/1991 c/c com o Artigo 1º da Lei 10.520/2002, que assim dispõe:

Lei 8248/91.

Art. 3º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto ou indireto da União darão preferência, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação, observada a seguinte ordem, a:

I - Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;

II - Bens e serviços produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Legislativo.

§ 1º. Revogado

§ 2º. Para o exercício desta preferência, levar-se-ão em conta condições equivalentes de prazo de entrega, suporte de serviços, qualidade, padronização, compatibilidade e especificação de desempenho e preço.

§ 3º. A aquisição de bens e serviços de informática e automação, considerados como bens e serviços comuns nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, poderá ser realizada na modalidade pregão, restrita às empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico nos termos desta Lei e da Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Lei 10.520/02

Art. 1º. Para aquisição de bens e **serviços comuns**, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, **aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.**

5.4.7 Nesse sentido foi possível definir os padrões de desempenho que deverão possuir os serviços a serem contratados, bem como definir a qualidade de funcionamento, o prazo de entrega, a especificação dos serviços de suporte técnico especializado, a padronização da legislação aplicável, bem como a especificação de cada tipo de serviços a serem contratados.

9. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 Os serviços objeto do presente Termo de Referência serão executados mediante acompanhamento e orientação quanto às situações que envolvam questões de natureza atuarial, previdenciária e de benefícios, conforme discriminados nos **itens 5.1, 5.2 e 5.3**, e deverão ser desenvolvidos na sede do Instituto de Previdência sempre na data que for solicitado pelo IPMVP.

8.2. A Licitante deverá prestar suporte técnico atuarial/previdenciário e realizar visitas técnicas presenciais nas dependências do IPMVP, em horário comercial, conforme as seguintes especificações:

8.2.1. Para os serviços dos **itens 5.1 e 5.2**: Carga horária mensal de 8 (oito) horas, com **frequência de 1 (uma) visita por mês, ou quando necessário.**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

8.2.2. Para os serviços do **item 5.3**: Carga horária de 8 (oito) horas por visita, com **frequência de 2 (duas) visitas por semestre**, ou quando necessário.

8.3. Visitas adicionais poderão ser solicitadas pela autarquia, sempre que julgar necessário para cumprimento dos objetos da licitação: A exigência de visitas adicionais, a critério da autarquia, visa garantir a mais completa e precisa avaliação da situação em análise. Essa flexibilidade se justifica por diversos fatores, entre eles:

8.3.1. Complexidade e peculiaridades do caso: Cada situação apresenta suas próprias nuances e desafios. Visitas adicionais permitem aprofundar a análise, esclarecer dúvidas e coletar informações complementares, garantindo uma tomada de decisão mais justa e embasada.

8.3.2. Necessidade de acompanhamento: Em alguns casos, acompanhar a evolução da situação ao longo do tempo é crucial para verificar a efetividade das medidas adotadas ou identificar novos elementos que possam influenciar a decisão final.

8.3.3. Prevenção de fraudes e irregularidades: Visitas adicionais atuam como mecanismo de controle, dificultando tentativas de burlar o sistema ou ocultar informações relevantes.

8.3.4. Atualização de dados: As circunstâncias podem mudar com o tempo. Visitas adicionais permitem manter os dados atualizados e assegurar que a decisão seja tomada com base nas informações mais recentes.

8.3.5. Garantia da isonomia e da impessoalidade: A possibilidade de realizar visitas adicionais reforça o compromisso da autarquia com a isonomia e a impessoalidade, demonstrando que todos os casos são tratados com o mesmo rigor e atenção.

8.4. Em resumo, a exigência de visitas adicionais, quando necessárias, se traduz em um instrumento que visa garantir a qualidade, a eficiência e a transparência do processo de análise e tomada de decisão da autarquia.

8.5. Apenas dúvidas relacionadas às questões de natureza previdenciária/atuarial serão prestadas através de telefone/fax e/ou correio eletrônico, visando sempre pela perfeição dos serviços contratados.

8.6. Toda a estrutura e material necessários à perfeita execução dos serviços serão fornecidos pelo contratado, inclusive despesas com locomoção, hospedagem e alimentação da equipe técnica.

8.7. O prazo para iniciar os serviços será de 05 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

9. SEGURANÇA E SIGILO DA INFORMAÇÃO:

9.1. Para fins de segurança e sigilo são vedados à Contratada armazenar os dados após a confirmação de recebimento pelo Contratante;

9.2. A Contratada obriga-se a manter total sigilo e confidencialidade nos serviços prestados à Contratante, bem como as informações contidas nos documentos que a mesma colocar à sua disposição;

9.3. Caso a Contratada utilize, em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais, será rescindido, de imediato o acordo firmado com a retenção dos créditos decorrentes do contrato até os limites dos prejuízos causados a contratante, além da abertura de procedimento administrativo para fins de aplicação de sanções em conformidade com a **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Permitir acesso dos técnicos da empresa contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto deste certame;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

- 10.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, com relação ao objeto deste certame;
- 10.3. Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados;
- 10.4. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;
- 10.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, inclusive quanto à não interrupção dos serviços a serem prestados;
- 10.6. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de gestor do contrato;
- 10.7. Requisitar para a pessoa jurídica contratada a necessidade de aumento ou diminuição dos serviços prestados, dentro dos limites legais possíveis;
- 10.8. Autorizar o livre acesso aos funcionários da pessoa jurídica;
- 10.9. Impedir que terceiros, que não a Contratada efetue o serviço prestado.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 11.1. Na execução do Objeto obriga-se a Contratada a enviar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
- 11.2. Iniciar os serviços objeto desse Termo de Referência após assinatura do contrato;
- 11.3. A empresa contratada se compromete a manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ações indenizatórias em caso de ações de terceiros. Na hipótese de perda ou extravio de qualquer documento, a empresa contratada se obriga a recuperá-lo, junto ao usuário, sob orientações;
- 11.4. Cumprir todos os requisitos deste Termo de Referência, referentes às características da prestação dos serviços, procedimentos gerais e obrigatórios, serviços inerentes, prazos, bem como todos e quaisquer outros requisitos exigidos, partes integrantes do Edital;
- 11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução dos serviços;
- 11.6. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições Previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- 11.7. Respeitar o sistema de segurança da Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ela. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
- 11.8. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 11.9. Responsabilizar-se à integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, garantindo a continuidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela não prestação dos referidos serviços;
- 11.10. Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e Previdenciárias vigentes

- b) Garantir a preservação do conteúdo armazenado;**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

- c) Emitir ao final de cada mês relatório de atendimento;
- d) Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços;
- e) A Contratada é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer não podendo ser arguida solidariedade do Contratante, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE;

11.11. Respeitar as regras de sigilo e confidencialidade dos documentos trabalhados, de acordo com a Lei Federal nº 8.159/91 e sua regulamentação pela Lei Federal nº 11.111/05;

11.12. Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e Previdenciárias vigentes;

11.13. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

11.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

11.15. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no Contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

11.16. Comunicar à CONTRATANTE durante a execução dos serviços quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade do patrimônio público.

12. DO PREÇO E DO REAJUSTE:

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis, no prazo de vigência contratual igual ou inferior a 12 (doze) meses, havendo prorrogação do prazo de vigência nos termos da Lei de Licitação, será corrigido na forma do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado nos últimos 12 meses, ou ainda outro índice oficial mediante acordo entre as partes, cabendo a contratada solicitar tal reajuste.

12.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme Lei 14.133/21.

12.3. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Instituto de Previdência Municipal de Vale do Paraíso (IPMVP), devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Procuradoria Jurídica e/ou Controladoria do Instituto para análise e os devidos pareceres.

13. PRAZO PARA EXECUÇÃO:

13.1. O contrato decorrente da licitação vigorará a contar da data de sua assinatura, pelo período de **12 (doze) meses**, que contará a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante celebração de termo aditivo, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO PAGAMENTO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal de prestação de serviços, devidamente certificada pelo setor competente e comprovação de regularidade fiscal, Previdenciário e trabalhista, legalmente exigidas e ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

14.2. O Instituto fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da prestação dos serviços ora contratados a empresa não estiver cumprindo as exigências do Termo de Referência, Contrato e do Edital.

14.3. O desembolso será realizado de acordo com os meses contratados e será paga após atestada a entrega do objeto.

14.4. Na ocorrência de inadimplência da administração, com o não pagamento de algumas das parcelas no prazo previsto, o valor avençado será reajustado pelo I.N.P.C., ficando ainda estabelecida a título de compensação pelo atraso, multa de 1% sobre o valor do contrato.

15. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1. A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro do limite previsto na Lei nº 14.133, de 2021, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, inciso II, do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei Federal nº 9.648/98.

16. DAS PENALIDADES:

16.1. O não cumprimento das obrigações assumidas ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

b) Advertências, por escrito;

c) Multa diária de 0,3% (três décimos de uma unidade por cento), do valor do contrato, acrescido dos reajustamentos quando for o caso, pela não entrega do produto no prazo de três dias, contados da data do pedido da contratante.

d) Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

f) As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionadas judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Vale do Paraíso, decorrentes das infrações cometidas.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços contidos neste Termo de Referência correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Instituto e empenhados no respectivo exercício, conforme segue:

09-272 Previdência Social

09.272.3001 Previdência Social dos Servidores Municipais

09.272.3001.2201.000 Manutenção do IPMVP

33.90.35.00 Serviços de Consultoria

18. TIPO DE LICITAÇÃO:

18.1. A contratação dos objetos ora pretendidos será feita mediante Licitação de Pregão Eletrônico, **Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

19.DO FORO:

Para execução do objeto deste Termo de Referência e seus resultados, compete ao foro da Comarca da cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, para dirimir quaisquer dúvidas dele advindas, excluindo-se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Vale do Paraíso/RO, 28 de abril de 2025.

RESPONSÁVEL POR ELABORAR O TERMO DE REFERÊNCIA

Marcelo Juraci da Silva
Presidente do IPMVP





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

MINUTA DE CONTRATO: Nº. ____/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. ____/2025.

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ESTRE SI FAZEM O **INSTITUTO MUNICIPAL DE
PREVIDÊNCIA DE VALE DO PARAÍSO - IPMVP** E DE
OUTRO LADO A _____.

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VALE DO PARAÍSO, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob nº. 11.305.963/0001-10, com sede na Av. Paraná, n. 4318, centro - Vale do Paraíso - RO, neste ato representado pelo/a Senhor/a Marcelo Juraci da Silva, portador/a da Cédula de Identidade RG Nº. 1763767e CPF/MF nº: 058.817.728-81, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, _____, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato submetendo-se as partes as disposições da Lei n.º 14.133/21, pelo qual é regido o contrato, suas cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato consiste em contratação de empresa qualificada para prestar serviços técnicos específicos para RPPS no âmbito da administração pública municipal de assessoria previdenciária; de assessoria na concessão de benefícios e compensação previdenciária; de estudos, planejamento e realizações de eventos relacionados à RPPS (palestra), estes com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário; de cessão de direitos de uso de software de sistema de gerenciamento para Regime Próprio de Previdência Social 100% (cem por cento) WEB, com emissão de guia com código de barras, incluindo a sua instalação, importação/migração de todos os dados existentes, bem como serviços de manutenção, suporte, atualização e capacitação da equipe do Instituto, estes com suporte técnico virtual e a realização de 01 (um) visita técnica mensal in loco, ou quando necessário e; de consultoria atuarial mensal com elaboração de relatório da avaliação atuarial anual, elaboração de relatório de gestão atuarial, elaboração de estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais, com suporte técnico virtual e a realização de 01 (UM) visita técnica semestral in loco, ou quando necessário, todos descritos no Termo de Referência.

DA FORMA DE EXECUÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

CLÁUSULA SEGUNDA: Os serviços objeto do presente contrato serão executados mediante acompanhamento e orientação quanto às situações que envolvam questões de natureza atuarial, previdenciária e de benefícios, conforme discriminados no item 05 do Termo de Referência, devendo a Licitante prestar suporte técnico e realizar visitas técnicas presenciais nas dependências do IPMVP, em horário comercial, conforme especificações do item 08 do Termo de Referência.

2.1. Apenas dúvidas relacionadas as questões de natureza atuarial e previdenciária serão prestadas através de telefone/fax e/ou correio eletrônico, visando sempre pela perfeição dos serviços contratados. Os serviços de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

concessão de processos de aposentadorias, Reajustes, Fiscap, Compensação Previdenciária, DIPR, Parcelamentos, entre outros, deverão ser realizados na sede do IPMVP.

2.2. Toda a estrutura e material necessários à perfeita execução dos serviços serão fornecidos pelo Contratado, inclusive despesas com locomoção, hospedagem e alimentação da equipe técnica.

2.3. O prazo para iniciar os serviços será de 05 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: O contrato decorrente da licitação vigorará a contar da data de sua assinatura e publicação, pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante celebração de Termo Aditivo, observada a limitação legal previsto na Lei Federal nº 14.133/21.

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA: O valor acordado entre as partes é de R\$. ____, divididos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas de R\$ _____. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a entrega da Nota Fiscal/recibo na qual deverá ser devidamente certificada e após a conferência da regularidade fiscal da empresa contratada.

4.1. O IPMVP fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da prestação dos serviços ora contratados a empresa não estiver cumprindo as exigências do Projeto Básico, Carta Contrato do Edital. O pagamento será realizado a cada 30 (trinta) dias mediante apresentação de nota fiscal devidamente certificada e atestada pela Diretora Executiva do IPMVP, e acompanhadas das requisições, ou relatório de serviço e as certidões negativas INSS, FGTS, MUNICIPAL TRABALHISTA e etc.

4.2. Na ocorrência de inadimplência da administração, com o não pagamento de algumas das parcelas no prazo previsto, o valor avençado será reajustado pelo I.N.P.C., ficando ainda estabelecido a título de compensação pelo atraso, multa de 1% sobre o valor do contrato.

DO PREÇO E DO REAJUSTE:

CLÁUSULA QUINTA: Os preços são fixos e irrevogáveis, no prazo de vigência contratual igual ou inferior a 12 (doze) meses, havendo prorrogação do prazo de vigência nos termos da Lei de Licitação, será corrigido na forma do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado nos últimos 12 meses, ou ainda outro índice oficial mediante acordo entre as partes, cabendo a contratada solicitar tal reajuste.

5.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

5.2. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Instituto de Previdência Municipal de Vale do Paraíso (IPMVP), devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Procuradoria Jurídica do IPMVP para análise e os devidos pareceres.

DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA se responsabilizará em:

- a) Na execução do Objeto obriga-se a Contratada a empenhar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
- b) Executar os serviços objeto desse certame dentro do prazo máximo determinado;
- c) A empresa contratada se compromete a manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ações indenizatórias em caso de ações de terceiros. Na hipótese de perda ou extravio de qualquer documento, a empresa contratada se obriga a recuperá-lo, junto ao usuário, sob orientações;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

- d) Cumprir todos os requisitos deste Projeto Básico, referentes às características da prestação dos serviços, procedimentos gerais e obrigatórios, serviços inerentes, prazos, bem como todos e quaisquer outros requisitos exigidos, partes integrantes do Edital;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução dos serviços;
- f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- g) Respeitar o sistema de segurança da Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ela. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
- h) A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- i) Responsabilizar-se à integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, garantindo a continuidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela não-prestação dos referidos serviços;
- j) Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e previdenciárias vigentes;
- k) Garantir a preservação do conteúdo armazenado;
- l) Emitir ao final de cada mês relatório de atendimento;
- m) Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços;
- n) A Contratada é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer não podendo ser arguida solidariedade do Contratante, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE;
- o) Respeitar as regras de sigilo e confidencialidade dos documentos trabalhados, de acordo com a Lei Federal Nº 8.159/91 e sua regulamentação pela Lei 11.111/05;
- p) Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e previdenciárias vigentes;
- q) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- r) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
- s) Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;
- t) Comunicar à CONTRATANTE durante a execução dos serviços quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade do patrimônio público.

CLÁUSULA SÉTIMA: A CONTRATANTE se responsabiliza em:

- a) Permitir acesso dos técnicos da empresa contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto deste certame;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, com relação ao objeto deste certame;
- c) Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

- d) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;
- e) Fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, inclusive quanto à não interrupção dos serviços a serem prestados;
- f) Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio do gestor do contrato;
- g) Requisitar para a pessoa jurídica CONTRATADA a necessidade de aumento ou diminuição dos serviços prestados, dentro dos limites legais possíveis;
- h) Autorizar o livre acesso aos funcionários da pessoa jurídica;
- i) Impedir que terceiros, que não a Contratada efetue o serviço prestado.

DAS PENALIDADES:

CLÁUSULA OITAVA: O não cumprimento das obrigações assumidas ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- a) Advertência, por escrito;***
- b) Multa diária de 0,3% (três décimos de uma unidade por cento), do valor do contrato, acrescido dos reajustamentos quando for o caso, pela não entrega do produto no prazo de três dias, contados da data do pedido da contratante;***
- c) Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;***
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;***
- e) As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionadas judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Vale do Paraíso, decorrentes das infrações cometidas.***

DOS RECURSOS

CLÁUSULA NONA: As despesas decorrentes da execução dos serviços contidos no Termo de Referência correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do IPMVP e empenhados no respectivo exercício, conforme segue:

09-272 Previdência Social
09.272.3001 Previdência Social dos Servidores Municipais
09.272.3001.2201.000 Manutenção do IPMVP
33.90.35.00 Serviços de Consultoria

TIPO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DEZ: O tipo de licitação - Pregão Eletrônico.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA ONZE: A inexecução total ou parcial do contrato pelas partes constitui motivos para rescisão contratual, e a mesma dar-se-á independentemente de interpelação ou notificação judicial.

CLÁUSULA DOZE: A CONTRATADA reconhece os direitos da administração em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n.º 14.133/21 e posteriores alterações.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA TREZE: O não cumprimento das cláusulas do presente contrato sujeitará qualquer uma das





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

partes, a multa de mora de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA QUATORZE: A multa que alude a cláusula anterior, não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Legislação pertinente.

DO FORO

CLÁUSULA QUINZE: As partes consignadas, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem certos e de acordo assinam o presente instrumento contratual, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Vale do Paraíso- RO, 28 de abril de 2025.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VALE DO PARAÍSO - VALE DO PARAÍSO-IPMVP
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) _____

NOME:

RG N.º:

CPF N.º:

2) _____

NOME:

RG N.º:

CPF N.º:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº00**/2025

ANEXO IV - DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO/RO.

PROCESSO Nº /2025

LICITANTE

CNPJ: _ TEL. FAX: E-MAIL:

ENDEREÇO:

C. CORRENTE: AG.: _ BANCO:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
VALOR TOTAL EM R\$						

Prazo de validade da Proposta: _ () dias (mínimo 60 dias) Garantia:

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

Local****de **** de **** 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº***/2025

ANEXO V - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

A empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º, localizada na rua....., n.º, na cidade de, do estado de, DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado Pregão Eletrônico nº /2025, são autênticos.

....., em de de 2025.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº**/ 2025**

ANEXO VI- DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

....., de de 2025.

.....
REPRESENTANTE DA EMPRESA

ASSINATURA DO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº..../ 2025

ANEXO VII - DO EDITAL

TERMO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

(Cadastro de Usuários Externos no ePROC)

CADASTRO PARA ASSINATURAS DE ATAS, CONTRATOS ETC.

Empresa:	
Usuário (Representante):	CPF:
E-Mail:	Cargo/Função:
Celular:	Data Nascimento:

A realização do cadastro como Usuário Externo no Sistema de Processo Eletrônico de Informações – ePROC, disponível no site www.valedoparaíso.ro.gov.br e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que todos os dados aqui informados são verdadeiros e que são de minha exclusiva responsabilidade:

- O sigilo da senha de acesso, não sendo justificada, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
- A conformidade entre os dados informados neste formulário eletrônico e os constantes no cadastro e nos documentos apresentados;
- A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e aqueles contidos no documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;
- A confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

Em caso de dúvidas, entrar em contato com cpl@valedoparaíso.ro.gov.br.

Reconheço ainda que acessarei diariamente o portal de serviços do sistema de processo eletrônico para realização dos procedimentos e ciente que se não fizer, aceito ser considerado a ciência do mesmo a contar do prazo dado para tal.

-----,..... de de 2025.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Lei de Criação nº 367 de 13/02/1992
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES/SECOL

NOME

CPF







Município de Vale do Paraíso

63.786.990/0001-55
Av. Paraíso, 2601 - Centro
valedoparaíso.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital	PREGÃO ELETRÔNICO	28/04/2025

ID:	630646	Processo	Documento
CRC:	3B2DBA25		
Processo:	3-44/2025		
Usuário:	JOSÉ LUÍS PEREIRA CARVALHO		
Criação:	28/04/2025 09:43:38	Finalização:	28/04/2025 10:30:40

MD5:	C8921ACFDDA1BCB7D5D3F70236BA95F9
SHA256:	1E309F2B05285A0219DD65ABED6DA1CFE03646EE0C9672E747BC3795CC90B6C6

Súmula/Objeto:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO IPMVP.

INTERESSADOS

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUN.DE VALE DO PARAISO	VALE DO PARAISO	RO	28/04/2025 09:43:38
--	-----------------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA.	28/04/2025 09:43:38
---------------------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 JOSÉ LUÍS PEREIRA CARVALHO	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	28/04/2025 10:30:59
--	------------------------------	----------------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 6.450/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site portal.datatransparencia.valedoparaíso.ro.gov.br informando o ID 630646 e o CRC 3B2DBA25.